

TERMO DE APROVAÇÃO

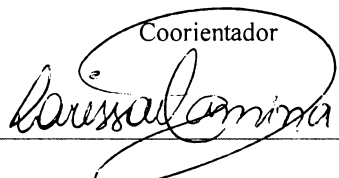
BRUNO DIGIOVANNI L C M CAMPOS

Criança: o canivete suíço do tráfico de pessoas

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Orientador

Coorientador



LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA
Primeiro Membro

Luiz Marlo de Barros Silva
LUIZ MARLO DE BARROS SILVA - *Direito Civil e*
Processual Civil
Segundo Membro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

BRUNO DIGIOVANNI LINS CAJAZEIRA DE MACEDO CAMPOS

CRIANÇA: O CANIVETE SUÍÇO DO TRÁFICO DE PESSOAS

CURITIBA
2012

BRUNO DIGIOVANNI LINS CAJAZEIRA DE MACEDO CAMPOS

CRIANÇA: O CANIVETE SUÍÇO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Monografia apresentada junto ao Curso de Direito
da Universidade Federal do Paraná como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Prof. Dra. Tatyana Scheila Friedrich

CURITIBA

2012

BRUNO DIGIOVANNI LINS CAJAZEIRA DE MACEDO CAMPOS

CRIANÇA: O CANIVETE SUÍÇO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel, no Curso de Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

ORIENTADORA: _____

Prof^a. Dr^a. Tatyana Scheila Friedrich

Prof^a. Dr^a. Larissa Liz Odreski Ramina

Prof. Dr. Luiz Marlo de Barros Silva

Curitiba, 20 de novembro de 2012

**Aos meus pais, Scyllas e Denise. Dedico a eles este
pequeno passo, em agradecimento pelo que por mim
tanto caminharam.**

**Aos meus irmãos, Franco e Lucca, meus
companheiros desde sempre, que agora olham por
mim, já que a “escadinha” se inverteu.**

**À minha namorada Roberta, minha Robertinha,
pela preocupação constante, pelo cuidado diário,
por ser esta pequena grande mulher que me traz
amor e felicidade a cada momento ao seu lado.**

**Às crianças que foram, são e serão vítimas do
tráfico internacional de pessoas.**

“Angela foi trazida ao Reino Unido por um traficante do Quênia. Ela aterrissou no aeroporto de Heathrow e de lá foi levada para Glasgow, onde foi entregue a um casal que falava uma língua que ela não entendia. Angela foi encarregada de realizar todas as tarefas da casa e cuidar do bebê do casal. Não lhe era permitido sair da casa e as portas e janelas eram trancadas. Após quatro semanas, o marido se aproximou e pediu para que ela se comportasse como sua esposa, violentando-a sexualmente em diversas ocasiões. Angela conseguiu escapar quando a porta foi deixada entreaberta após uma discussão do casal.”

“A Hidden Trade - Pesquisa de tráfico de crianças na Escócia” - *Save the Children Scotland*

RESUMO

O tráfico internacional de pessoas cada vez mais interessa às quadrilhas internacionais devido ao alto lucro obtido e pela facilidade de ramificação em uma série de outras atividades igualmente lucrativas, fatos que mobilizaram a comunidade internacional a criar um instrumento de combate: o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional. Os traficantes possuem particular interesse na criança, dada sua maior vulnerabilidade e as várias destinações possíveis: adoção, agricultura, casamento forçado, conflitos armados, construção civil, fábricas, mendicância, pornografia, prostituição, trabalho doméstico, tráfico de drogas, tráfico de órgãos, turismo sexual, entre outros. Há maior incidência do tráfico de crianças em zonas de catástrofe, como ocorreu durante o terremoto que assolou o Haiti em 2010, o furacão Katrina e o tsunami que varreu parte da costa sudeste asiática em 2005. No plano internacional, a proteção da criança em relação ao tráfico e suas destinações ocorre através de Convenções e Protocolos Adicionais – notadamente a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança –, bem como por meio da atuação da UNICEF e de ONG's internacionais, especialmente a ECPACT *International*, DNA-*ProKids*, *Save the Children* e *Shared Hope International*. Por fim, delineada a relação entre o capitalismo de desastre, termo cunhado por Naomi Klein, e o aumento do tráfico internacional de crianças no Sri Lanka e em Nova Orleans, ambos afetados por desastres naturais.

Palavras-chave: Tráfico Internacional. Criança. Desastres Naturais. Exploração Sexual. Capitalismo De Desastre.

ABSTRACT

The international human trafficking increasingly interest the international crime organizations, due to the high profit and the easy embranchment in a number of other equally profitable activities, facts that mobilized the international community to create a fighting instrument: the Additional Protocol to the United Nations Convention against Transnational Organized Crime. Traffickers have particular interest in children, given their bigger vulnerability and the various possible destinations: adoption, agriculture, forced marriage, armed conflict, civil construction, factories, begging, pornography, prostitution, domestic labor, drug trafficking, organ trafficking, sex tourism, among others. There is a higher incidence of trafficking of children in disaster areas, as occurred during the earthquake that struck Haiti in 2010, the hurricane Katrina and the tsunami that swept part of the southeast Asian coast in 2005. At international level, the protection of children against trafficking and their destinations occurs through Conventions and Additional Protocols – notably the UN Convention on the Rights of the Child – as well as through the work of UNICEF and international non-governmental organizations, especially ECPACT International, DNA-ProKids, Save the Children and Shared Hope International. Lastly, it was delineated the relation between disaster capitalism, a term coined by Naomi Klein, and the increasing of international children trafficking in Sri Lanka and New Orleans, both affected by natural disasters.

Keywords: International Trafficking. Child. Natural Disasters. Sexual Exploitation. Disaster Capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS	3
1.1. PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DA ONU CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS (PALERMO, 2000)	5
2. TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS	8
2.1. ABRINDO O CANIVETE EM ZONAS DE CATÁSTROFE.....	14
2.1.1 Quando o gesto humanitário vira crime	16
2.1.2 Afogadas pela onda	24
2.1.3 A indústria do sexo infantil impulsionada pelo furacão	25
3. COMBATE INTERNACIONAL AO TRÁFICO DE CRIANÇAS	27
3.1. PROTEÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS DISPOSTA EM CONVENÇÕES	27
3.1.1 Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (Nova Iorque, 1989)	29
3.1.2 Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional (Haia, 1993)	34
3.1.3 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil (Nova Iorque, 2000)	36
3.1.4 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (Nova Iorque, 2000).....	37
3.2. ATUAÇÃO DA UNICEF E ONG'S INTERNACIONAIS	39
3.2.1. ECPACT <i>International</i>	42
3.2.2. DNA- <i>ProKids</i>	43
3.2.3. <i>Save The Children</i>	44
3.2.4. <i>Shared Hope International</i>	46
4. O TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E O CAPITALISMO DE DESASTRE	48
4.1. O TSUNAMI ASIÁTICO	47
4.2. O FURACÃO KATRINA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

No presente trabalho a lógica do canivete suíço se inverterá penosamente. Famoso mundialmente por suas diversas utilidades, neste trabalho ele tomará outro viés. A comparação entre esta ferramenta e a criança é na verdade infeliz. Infeliz porque não deveria existir. A criança não deveria ter utilidade alguma (muito menos várias) para as quadrilhas de tráfico de pessoas.

Inicialmente, será apresentada uma visão geral acerca do tráfico internacional de pessoas e do “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças”, instrumento que demonstrou a preocupação mundial com esse tipo de tráfico.

O segundo capítulo é dedicado à posição da criança em relação ao tráfico internacional, com a abertura da criança-canivete em zonas de tragédia, em especial na catástrofe que assolou o Haiti em 2010, tratando ainda de dois outros exemplos: o furacão Katrina e o tsunami que varreu parte da costa sudeste asiática em 2005.

Em seguida, ocorrerá abordagem acerca da proteção da criança no plano internacional, tratada em duas vertentes. A primeira é a amparada pelas Convenções, com enfoque na da ONU sobre os Direitos da Criança, principal diploma internacional nesse sentido, entre outras que também em menor escala trazem disposições de proteção contra o tráfico internacional e contra as ilicitudes oriundas desta prática, notadamente a exploração sexual e a adoção internacional falsa.

Já ao adentrar na segunda vertente, além da proteção no papel, buscou-se a repressão e proteção concretas, não através dos “órgãos oficiais”, mas de organizações mundiais não governamentais, as quais possuem interessantes projetos e ações de resgate, tratamento, treinamento e proteção das crianças vítimas tanto de desastres naturais como do tráfico realizado em condições normais.

Ressalta-se que um dos objetivos iniciais era a comparação desta atuação extraoficial com a de órgãos de prevenção e repressão como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, entretanto, dado o caráter sensível da matéria, todos os procedimentos e processos são sigilosos a fim de preservar a já dissipada integridade das vítimas. Não obstante

isso, em conversa com o Delegado Federal responsável pelos crimes cibernéticos de abuso sexual em Curitiba, vislumbrou-se a possibilidade de acesso a autos findos (desde que para fins acadêmicos, como *in casu*), porém o alcance aos dados ainda não foi concedido, restando assim o tema em aberto para futura pesquisa.

Por fim, tomando por base a obra “A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre”, da jornalista canadense Naomi Klein, é proposta uma relação entre a prática descrita pela autora, o capitalismo de desastre, e o aumento do tráfico internacional de crianças, com destino ao turismo sexual e à prostituição.

Já que toda ação tem uma reação, o presente trabalho propõe a visualização do tráfico internacional de crianças de dois lados: o do traficante e o dos combatentes internacionais (Estados e organismos internacionais), um lado tentando abrir e o outro fechar o canivete.

1 TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS

O tráfico internacional de pessoas cada vez mais chama a atenção das organizações criminosas. Nesta modalidade de tráfico, a mercadoria é o ser humano. Ao contrário do tráfico de drogas, armas ou produtos falsificados, uma pessoa pode ser vendida constantemente, vinte, trinta vezes ao dia. Com apenas um “produto” o traficante de pessoas atinge diversas vezes o lucro. Elimina-se, ainda, com exceção de crianças encomendadas ou retiradas de mulheres gestantes, elimina-se o custo e o tempo de produção que as quadrilhas possuem com drogas ou armas.

A venda constante ocorre especialmente nos casos de exploração sexual, em que as pessoas traficadas, em especial mulheres, são enganadas por falsas ofertas de empregos e postas em condições de escravidão sexual, coagidas a se prostituírem.

A seguir, será apresentada uma visão geral deste tipo de tráfico, para na sequência adentrar no interesse principal deste estudo, a criança traficada.

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o lucro mundial anual em 2005 obtido com o tráfico internacional de pessoas foi estimado em US\$ 31,6 bilhões, provenientes da exploração de cerca de 2,5 milhões de pessoas traficadas, entre homens, mulheres e crianças, dos quais 44% tiveram como destino a exploração sexual, 32% a exploração econômica e 24% os dois ao mesmo tempo¹.

Esta modalidade de tráfico cada vez mais desperta interesse nas quadrilhas internacionais, tanto pelo alto lucro obtido – perdendo nesse quesito somente para outros dois favoritos do crime organizado, o tráfico de drogas (US\$ 320 bilhões) e a falsificação ou pirataria (US\$ 250 bilhões)² – quanto pela facilidade de ramificação em uma série de outras atividades ilícitas igualmente vantajosas, geralmente de cunho sexual.

Segundo a pesquisa acima mencionada, a maioria das vítimas é traficada para o local da exploração pensando ter sido contratada para outras atividades como, por exemplo, no caso de mulheres em tese empregadas como modelos, babás, garçonetes, dançarinas, que

¹ OIT. *Forced Labour and Human Trafficking: estimating the profits*. Patrick Belser. 2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081971.pdf>. Acesso em: 29.out.2012. p. 5;17.

² UNODC. *World Drug Report 2012*. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2012/WDR_2012_web_small.pdf>. Acesso em: 30.out.2012. p. 60.

ao chegar ao país de destino são forçadas a prestarem serviços sexuais até pagarem a “dívida” que tem com as quadrilhas³. Afirma a OIT que a maioria das mulheres tem seus documentos retidos até que quite este suposto débito, o que dificilmente acontece dado o caráter interminável dos custos combinado com a coerção psicológica, agressões físicas, ameaças de morte, inclusive a familiares⁴.

As mulheres são obrigadas a ter diariamente um número enorme de relações sexuais, fato que traz consequências terríveis para a saúde dessas vítimas, tanto física quanto psíquica. Muitas delas contraem doenças sexualmente transmissíveis, infelizmente em alguns casos o vírus HIV, incluindo ainda abortos forçados. No caso da transmissão do vírus HIV, sua incidência é aumentada devido ao acesso limitado a preservativos ou em razão da impossibilidade de se exigir o uso pelo “cliente”⁵.

Além do risco de doenças, muitas mulheres e crianças são forçadas a utilizar drogas injetáveis e ingerir bebida alcoólica para ficarem mais dóceis e possibilitar mais relações no mesmo dia. Ainda, pelo medo de serem deportadas ou mesmo presas pela errônea impressão de fazerem parte da quadrilha, muitas mulheres têm medo de procurar serviços sociais para tratar de sua saúde, em muitos casos morrendo em decorrência de complicações de doenças não diagnosticadas⁶.

De acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (regional da Organização Mundial da Saúde), as consequências das violências psíquica e física incluem depressão, pensamentos suicidas (inclusive tentativas), cicatrizes, ossos quebrados, feridas na cabeça, boca e dentes, facadas e até a morte⁷.

Em geral, o tráfico envolve o transporte forçado da pessoa de um local para outro, com a intenção de obter lucro mediante a exploração da vítima. Imposto, pois pode tanto

³ OIT. Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra. **Aliança global contra o trabalho forçado**. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em: 29.out.2012. p. 1.

⁴ OIT. Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra. **Aliança global contra o trabalho forçado**. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em: 29.out.2012. p. 2.

⁵ OIT. *Forced Labour and Human Trafficking: estimating the profits*. Patrick Belser. 2005. Disponível em : <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081971.pdf>. Acesso em: 30.out.2012 p. 12.

⁶ OIT. *Forced Labour and Human Trafficking: estimating the profits*. Patrick Belser. 2005. Disponível em : <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081971.pdf>. Acesso em: 30.out.2012 p. 12.

⁷ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Escritório regional da Organização Mundial da Saúde. *Trafficking for sexual exploitation*. Disponível em: <<http://www.paho.org/english/ad/ge/trafficking.pdf>>. Acesso em: 30.out.2012.

significar coerção quanto o consenso obtido através de falsas propostas ou condições opostas à realidade na qual será inserida a vítima⁸.

A preocupação mundial em criar um instrumento de combate abrangendo todos os aspectos relativos ao tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, levou a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a criar um comitê internacional para elaborar um projeto de tratado sobre o tema⁹, que é o objeto do próximo item deste trabalho.

1.1 PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DA ONU CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS (PALERMO, 2000)

O “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças” definiu tráfico de pessoas da seguinte forma:

“Artigo 3º

Definições

Para efeitos do presente Protocolo:

a) Por “**tráfico de pessoas**” entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração(...) ^{10,;}

⁸UN.GIFT.HUB. *What is Human Trafficking?*. Disponível em: <<http://www.ungift.org/knowledgehub/en/about/human-trafficking.html>>. Acesso em: 29.out.2012.

⁹ CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Política Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas**. Brasília, 2007. p. 13.

¹⁰ BRASIL. Decreto n. 5017, de 12 de março de 2004. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 09.abr.2012.

A inserção da expressão “*fins de exploração*” demonstrou a apreensão internacional quanto à atrocidade deste crime, sobretudo quando os principais alvos são mulheres e crianças, a fim de englobar qualquer forma de exploração, seja sexual (através de trabalhos forçados), adoção ilegal, ou outra ação que viole direitos fundamentais. A preocupação foi o combate não somente ao tráfico de pessoas, mas também a todos os ilícitos eventualmente nele compreendidos e praticados pelas redes criminosas internacionais¹¹.

Ainda na alínea “a” do artigo 3º do Protocolo entende-se por exploração aquela que, pelo menos, inclui “*a exploração da prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviço forçado, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou remoção de órgãos*”¹².

O Protocolo deu maior visibilidade a este tipo de tráfico, evidenciando que tal delito ocorre a partir de redes organizadas, possibilitando ainda a criação de políticas de enfrentamento contra tal sistema.

Demonstrou ainda o Protocolo a necessidade de tratar os traficados como vítimas, evitando seu errôneo envolvimento como cúmplices, enquadrando-as, portanto, como pessoas que sofreram abusos, diferenciando, ademais, a prostituição voluntária da forçada, nos termos da alínea “b”, do artigo 3º:

“O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer dos meios referidos na alínea a);”¹³

Em muitos casos as vítimas estão cientes de que exercerão atividades de prostituição ou outro tipo de exploração sexual e voluntariam-se para tanto, deslumbradas com as condições de trabalho apresentadas: carga horária flexível, acomodações dignas, remuneração capaz de sustentar toda a família. Entretanto, ao chegarem ao destino combinado, encontram um cenário totalmente divergente do apresentado inicialmente.

¹¹ CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Política Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas**. Brasília, 2007. p. 14.

¹² BRASIL. Decreto n. 5017, de 12 de março de 2004. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 09.abr.2012.

¹³ BRASIL. Decreto n. 5017, de 12 de março de 2004. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 09.abr.2012.

Além do uso de violência física, coerção, privação da liberdade, retenção de passaporte, a remuneração recebida da clientela é parcial ou inteiramente voltada para o pagamento da passagem aérea, custos com visto e passaporte, aluguel do quarto, alimentação, maquiagem, roupas, preservativos, cobranças estas praticadas pelas quadrilhas internacionais como pretexto para manterem as pessoas atadas ao falso débito e consequentemente trabalhando por tempo indeterminado.

Evidente que, mesmo consentânea, porém em circunstâncias totalmente adversas, a vítima deve ser tratada como tal e não como integrante do grupo criminoso. Não é o que ocorreu com Shamere McKenzie, arrebatada pelo tráfico interno nos Estados Unidos da América (EUA). Em que pese não se tratar de exemplo internacional, o caso remete a tráfico de pessoas e demonstra bem a relação autor-vítima.

Mesmo aliciada pelo tráfico, Shamere figurou na lista de delinquentes sexuais do Departamento de Justiça dos EUA, com sua foto no site do *Federal Bureau Investigation* - FBI, ao lado de “predadores” sexuais. Hoje, Shamere está livre das acusações e trabalha junto à *Shared Hope International*, organização mundial não governamental de prevenção e repressão ao tráfico e escravidão de mulheres e crianças para fins de exploração sexual¹⁴.

Shamere foi aliciada e levada a um clube para dançar, porém logo depois foi forçada a se prostituir, caso contrário não sairia viva do porão em que se encontrava presa, junto com outras trinta mulheres. Durante um ano e meio, ganhou entre um e quatro mil dólares por noite, porém nunca recebeu um centavo. Foi vítima de espancamentos diários, torturas, falta de condições mínimas de higiene e turnos intermináveis de prostituição. Em uma das vezes que fugiu, sua mãe foi ameaçada de morte. Shamere voltou e foi espancada. Quando o traficante foi preso, ela foi acusada pelo FBI pelo crime de transporte de menores através de fronteiras estaduais americanas com o intuito de prostituição. Ela de fato realizava o transporte, mas tudo a mando dos traficantes (quando relutava, era repreendida severamente), já que era a única do grupo com carteira de motorista¹⁵.

Nos termos acima delineados, infere-se que a situação das mulheres traficadas é bastante grave, porém quando se trata de crianças a violação é ainda pior, conforme discorrido a seguir.

¹⁴ SHARED HOPE INTERNATIONAL. *Unavoidable Destiny: Introducing Shamere McKenzie*. Disponível em: < <http://www.sharedhope.org/SHIBlog/tabid/75/PostID/96/Default.aspx>>. Acesso em: 30.out.2012.

¹⁵ SHARED HOPE INTERNATIONAL. *Unavoidable Destiny: Introducing Shamere McKenzie*. Disponível em: < <http://www.sharedhope.org/SHIBlog/tabid/75/PostID/96/Default.aspx>>. Acesso em: 30.out.2012.

2 TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

A criança é extremamente visada pelas quadrilhas internacionais em razão, principalmente, de sua vulnerabilidade, da imensa gama de destinações possíveis e da menor dificuldade encontrada no processo de aliciamento.

Aqui também vale a idéia da venda constante, do alto lucro obtido com a negociação reiterada de um só “produto”, cumulada com a dificuldade dos órgãos de repressão de visualizarem o crime de tráfico. A ação policial ocorre com muito mais facilidade na prisão de um indivíduo portando drogas do que a abordagem de alguém andando ao lado de um criança, embarcando de um país para outro, dirigindo um carro com uma criança no banco traseiro.

A seguir, será apresentada a posição da criança neste mercado paralelo que infelizmente cada vez mais ganha relevância.

A OIT divulgou em 2007 que o número de infantes vítimas do tráfico internacional era próximo a 1.200.000¹⁶. Nos termos da definição do *International Programme on the Elimination of Child Labour* (IPEC [“Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil”]), programa da OIT, seguindo a linha do Protocolo de Palermo, criança traficada é todo indivíduo menor de 18 (dezoito) anos e que é “*recrutado, transportado, transferido, acolhido ou receptado, forçadamente ou não por terceiro ou um grupo de pessoas*”, neste caso, em sua maioria quadrilhas organizadas ou até mesmo famílias que recebem as crianças traficadas por meio de adoção ilegal¹⁷.

O traficante de crianças é qualquer indivíduo que contribua para algum dos elementos do processo de tráfico com a intenção de explorar a criança, mesmo aquele que somente faça parte de um dos procedimentos, seja aliciador, falsificador de documentos,

¹⁶ OIT. *Child Trafficking: the ILO's response through IPEC*. *International Programme on the Elimination of Child Labour* (IPEC). 2007. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=6484>>. Acesso em: 30.out.2012. p. 2.

¹⁷ OIT. *Training manual to fight trafficking in children for labour, sexual and other forms of exploitation: understanding child trafficking*. *International Programme on the Elimination of Child Labour* (IPEC). Geneva. 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/Textbook_1.pdf>. Acesso em: 30.out.2012. p. 15.

transportador, órgãos de repressão lenientes, fornecedores de serviços, entre outros que contribuem para este crime¹⁸.

Sérgio Salomão Shecaria e Renato de Mello Jorge Silveira sustentam que as modalidades mais comuns de tráfico de crianças têm os seguintes objetivos: (i) mão de obra escrava (englobando muitas vezes o comércio sexual) e (ii) exploração sexual, apontando várias causas para a existência do problema e para seu recente crescimento:

“(...) a globalização econômica, com suas perversas conseqüências sociais, acaba por produzir pobreza em larga escala, guerras localizadas, eclosão de crises em vários países periféricos e regiões do terceiro mundo. A busca por lucros fáceis e um hedonismo desenfreado das sociedades de consumo também contribuem para que surjam muitos interessados na manutenção das diferenças sociais, de cor e de gênero, nos diversos continentes. Tais diferenças, muitas vezes, propiciam ocorrências tais como famílias venderem suas filhas por alguns trocados, quando não permutam crianças por comida¹⁹.”

Segundo a OIT, em diversas situações de tráfico de crianças, o interesse recai sobre a exploração econômica desvinculada da exploração sexual, com a utilização de mão de obra escrava, em especial no setor da agricultura e em outros ramos como fabricação de tapetes, tijolos, mineração, pedreiras, restaurantes, trabalho doméstico, lapidação de jóias²⁰.

A lógica da utilização de mão de obra escrava para exploração econômica é a mesma daquela de cunho sexual. Baseia-se em uma servidão por dívida, como por exemplo, na agricultura, em que a terra é fornecida, porém o débito é pago com os frutos provenientes da plantação, acrescido de custos diversos e que nunca se encerram, constituindo um regime de trabalho escravo, eis que toda a renda produzida a partir da plantação é direcionada para quitar a dívida.

Em alguns casos, de trabalho em pequenas fábricas de roupas, tapetes ou outros utilitários, até paga-se um salário, de valor ínfimo, e o labor é exercido em condições totalmente insalubres. Nessas situações, o trabalhador escravo é submetido a turnos

¹⁸ OIT. *Training manual to fight trafficking in children for labour, sexual and other forms of exploitation: understanding child trafficking*. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). Geneva. 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/Textbook_1.pdf>. Acesso em: 30.out.2012. p. 15.

¹⁹ SHECAIRA, Sérgio Salomão; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Tráfico internacional de mulheres e de crianças**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 10, n. 112, mar./2002. p. 4.

²⁰ OIT. **Aliança global contra o trabalho forçado**. Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em: 29.out.2012. p. 34-35.

extremamente longos e a eles se sujeita porque necessita do dinheiro para sua sobrevivência e de sua família.

Conforme Sérgio Salomão Shecaria e Renato de Mello Jorge Silveira, a globalização econômica é diretamente proporcional ao abismo financeiro que separa a população mundial. As perversas consequências citadas pelos autores têm origem, em síntese, nas linhas traçadas por Liszt Vieira, no esgotamento de recursos naturais, alterações climáticas resultantes da utilização desenfreada de matéria-prima não renovável, marginalização social, uso de tecnologia em larga escala, complementada pelas privatizações e desregulamentação do mercado²¹, originando concentração de riqueza e áreas de pobreza, locais em que a ação das quadrilhas internacionais tem maior incidência, dada a fragilidade da comunidade.

Ao lado da globalização, o desenvolvimento tecnológico também desempenha papel neste processo. O fácil acesso à rede mundial de computadores, aos sites de agências de turismo, às “salas de bate-papo”, armazenamento e troca de imagens e vídeos em tempo real, também têm contribuído para o tráfico de crianças, em especial para a exploração sexual.

Também originárias de muita pobreza, as guerras localizadas contribuem, outrossim, para o tráfico, visto que crianças são utilizadas como soldados. Segundo a *United Nation's Children's Fund* (UNICEF [“Fundo das Nações Unidas para a Infância”]), cerca de um milhão de crianças vivem em países ou território afetados por conflitos armados e *“embora o número de conflitos esteja a decrescer, os que subsistem tornaram-se mais enraizados – metade de todos os conflitos atuais é considerada incontrollável, tendo persistido durante mais de 20 anos”*²².

Crises em países periféricos e em regiões de Terceiro Mundo podem eclodir tanto em razão de desequilíbrios econômicos quanto em decorrência de tragédias naturais, como terremotos, tsunamis e furacões, que serão objeto do próximo item do estudo. Independentemente dos fatores responsáveis pelo impulso, padecem de meios precários de subsistência, facilitando o trabalho das traficantes internacionais de crianças.

²¹ VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 78.

²² OIT. **Acelerar a ação contra o trabalho infantil: relatório global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Genebra. 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_relatorioglobal_2010.pdf>. Acesso em: 30.out.2012. p. 58.

A busca por lucro fácil tem por base uma competitividade capitalista que visa à redução constante dos encargos do empregador sobre o trabalho, sempre objetivando um baixo custo de produção, com salários ainda menores e lucro elevado. Essa é a lógica de uma relação de trabalho normal, amparada por leis trabalhistas nacionais e internacionais. Muda-se de cenário drasticamente quando inexistente legislação regulamentando a relação, quando se trata de busca por lucro proveniente de ilicitudes. Neste caso não há limites e quanto maior a rotatividade no capital, maior o interesse em agir das redes organizadas.

O hedonismo desenfreado refere-se à busca incessante do prazer como principal objetivo da existência, como opção de vida. Neste caso, o prazer refere-se à satisfação proveniente da exploração da criança, tanto mediante retribuição econômica para o traficante, empregador, como para aquele que usufrui da criança como mercadoria.

Segundo Mike Dottridge, de cunho sexual ou não, qualquer atividade resultante do tráfico cria uma série de constrangimentos às crianças, as quais se encontram em uma espécie de prisão²³, interna e externa. Além de trancadas, na maioria das vezes, em espaços minúsculos, sem luz, com portas e janelas cadeadas, são intimidadas a não tentar fugir dessa situação lastimável através de agressões físicas e sexuais, pressão psicológica, entre outras ações coercitivas realizadas pelas quadrilhas ou compradores diariamente.

Em relatório objetivando analisar o problema do tráfico no País de Gales, a ECPAT UK (braço da ECPACT, organização mundial de proteção às crianças) trouxe à tona realidade possivelmente existente em diversas localidades com incidência de tráfico internacional de infantes.

Consoante a ECPAT UK, as crianças traficadas são extremamente vulneráveis e muitas delas irão vivenciar ao menos um tipo de *“abuso durante o período em que estiverem sob o domínio dos traficantes, seja através de violações sexuais, pressão emocional ou negligência, muitas vezes de natureza extrema”*. São estupradas, espancadas, torturadas, submetidas a trabalhos forçados, privadas de suas necessidades básicas e tornam-se escravas das quadrilhas ou compradores²⁴.

²³DOTTRIDGE, Mike. **Tráfico de Crianças: O que precisamos saber?**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13290-13291-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09.abr.2012. p. 2.

²⁴ECPAT UK. **Bordering on Concern: Child Trafficking in Wales**. Disponível em: <http://www.ecpat.org.uk/sites/default/files/bordering_on_concern_english.pdf>. Acesso em: 09.abr.2012. p. 46.

Os traficantes internacionais trabalham de diversas formas. Apenas para citar algumas: as crianças podem ser traficadas por meio de recompensa financeira aos pais; outras são raptadas em diversos locais como escola, casa, hospital e na própria rua; algumas mulheres são pagas para gestar e entregar seus bebês. Assim exemplifica Maria Josefina Becker:

“Algumas dessas (mulheres) viajam para o exterior, onde a criança é entregue aos “pais adotivos”. Muitas mulheres viajam a países do terceiro mundo sem estarem grávidas e poucos dias depois regressam com um filho nos braços, devidamente “registrado”. Algumas vezes, a parturiente, ao internar-se na maternidade, utiliza-se da documentação de identidade da futura “mãe adotiva”, nacional ou estrangeira, em cujo nome o bebê é registrado. Há casos em que são comunicados aos pais “óbitos” de recém-nascidos, em certas clínicas que operam com venda de crianças²⁵.”

Em algumas situações são transportadas para regiões cujo idioma não dominam, o que agrava ainda mais a comunicação com órgãos de repressão, quando, não raro, são traficadas para vários países, realizando diversas “escalas”²⁶, devido à demanda de rotatividade, de “mercadorias” novas.

Assinala Mike Dottridge que o processo de aliciamento de crianças requer esforço menor do que o empregado pelos traficantes em adultos, na medida em que o nível de coerção e intimidação requerido para fazer com que uma criança acompanhe um desconhecido ou obedeça a ordens posteriormente é bem menos elevado, em especial quando se trata de vítimas mais novas²⁷.

Ainda, a vulnerabilidade das crianças é grande devido a diversos fatores:

“(…) falta de registro de nascimento, infância na rua ou em orfanatos, abuso familiar, conflitos ou desastres naturais, viagens desacompanhadas ou através de uma agência falsa, impossibilidade de falar a língua do país em que se encontra, corrupção das autoridades. Destaca-se que a vulnerabilidade não é estática, mudando conforme a época, com diferentes fatores de risco presentes em diferentes contextos²⁸.”

²⁵ BECKER, Maria Josefina. **Reflexões sobre a Adoção..** Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_4_2_1_4_3.php>. Acesso em: 11.set.2012.

²⁶ ECPAT UK. **Bordering on Concern: Child Trafficking in Wales.** Disponível em: <http://www.ecpat.org.uk/sites/default/files/bordering_on_concern_english.pdf>. Acesso em: 09.abr.2012. p. 7.

²⁷ DOTTRIDGE, Mike. **Tráfico de Crianças: O que precisamos saber?.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13290-13291-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09.abr.2012. p. 2.

²⁸ OIT. **Child Trafficking – Essentials. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC).** 2010. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=14616>>. Acesso em 06.nov.2012. p. 2.

Nota-se que, em geral, elas padecem do discernimento psíquico necessário para analisar a situação e perceber que em breve estarão sujeitas a condições degradantes.

São três as etapas geralmente adotadas pelos traficantes internacionais de crianças: aliciamento, transporte e exploração. Pode-se falar, também na primeira fase em recrutamento, já que em várias oportunidades as crianças têm ciência de que serão encaminhadas para a prostituição ou para o exercício de outra atividade ilegal, fato que, repita-se, não retira o caráter de vítima desses indivíduos.

No primeiro estágio, os aliciadores, após a identificação de alvos vulneráveis, de fácil intimidação, empregam táticas de coerção, realizam sequestros, adoções falsas ou até mesmo compram crianças vendidas pela própria família.

Cumpra ressaltar que o interesse não recai necessariamente em crianças do sexo feminino, uma vez que, pela diversidade de atividades ilícitas oriundas do tráfico, não somente de cunho sexual, vítimas masculinas também são, em menor escala, requisitadas pelas quadrilhas.

As meninas são afetadas pelo tráfico em maior escala e requisitadas majoritariamente para a exploração sexual e trabalho doméstico, ao passo em que meninos são geralmente traficados para trabalhar no setor de agricultura, indústrias, pequenas fábricas e conflitos armados²⁹.

Um problema para a repressão do tráfico internacional de crianças, a tecnologia possibilita ao aliciador a comodidade de não ter que pessoalmente localizar seus alvos, restando suficiente para o primeiro contato o envio de *e-mails* contendo falsas ofertas de empregos e oportunidades em outros países, sites de adoção mascarados contendo catálogos de crianças, perfis falsos em redes sociais, facilitando ainda a *Internet* o diálogo rápido e muitas vezes não rastreável dos membros de um grupo criminoso³⁰.

Em especial direcionadas às crianças provenientes de famílias com dificuldades socioeconômicas, ofertas contendo promessas de uma vida melhor, de um trabalho no outro lado do mundo capaz de sustentar a família, com condições dignas e remuneração convidativa, são táticas frequentemente usadas pelos aliciadores para enganar as vítimas.

²⁹ OIT. *Training manual to fight trafficking in children for labour, sexual and other forms of exploitation: understanding child trafficking*. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). Geneva. 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/Textbook_1.pdf>. Acesso em: 30.out.2012. p. 29.

³⁰ JESUS, Damásio Evangelista de. **Tráfico internacional de mulheres e crianças**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 129.

Outra parte das crianças tem consciência que exercerá funções de cunho sexual ou trabalho braçal³¹. Sem dúvida, em ambos os casos ocorre destruição da integridade sexual, social e psicológica, dadas as condições degradantes e insalubres de “trabalho”, bem como a constante privação de liberdade.

Superada essa fase inicial, parte-se para a etapa de transporte das crianças mediante rotas que ligam as quadrilhas por meio de rodovias, linhas ferroviárias, portos, aeroportos, formando assim as chamadas “redes” do tráfico internacional³². São então conduzidas ao seu trágico destino, muitas vezes acompanhadas de adultos que se passam por pais ou responsáveis legais.

No tocante às crianças com idade mais avançada, para facilitar o transporte internacional, são produzidos passaportes falsos a fim de que viagem como se adultos fossem, evitando assim eventuais dificuldades no embarque e desembarque.

Efetivada a condução das vítimas, é iniciada a exploração.

2.1 ABRINDO O CANIVETE EM ZONAS DE CATÁSTROFE

“Em 1891, o exército suíço pretendia, para uso exclusivo de seus soldados, criar um canivete que fosse versátil, leve e fácil de transportar, mas que simultaneamente fosse bastante resistente”³³.” O objetivo era criar uma ferramenta útil e de várias facetas, razão pela qual a expressão “canivete suíço” é até hoje empregada com a intenção de designar algo com diversas funcionalidades.

Os traficantes internacionais de pessoas possuem uma ferramenta bastante parecida, igualmente versátil, leve e fácil de transportar, entretanto nada resistente, porquanto uma vez nas mãos das quadrilhas ou compradores diretos, a criança tem sua infância fulminada, com intensa e constante violação de sua integridade física e psicológica. Nesse sentido, afirma a Organização Pan-americana da Saúde (OMS):

³¹ DIAS, Claudia Sêrvulo da Cunha (Coord.). **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2005. p. 57.

³² LEAL, Maria Lúcia, LEAL, Mária de Fátima (Org). **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes parafins de exploração sexual comercial (PESTRAF)**. Cecria: Brasília. 2002, p. 71.

³³ WIKIPÉDIA. **Canivete suíço**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Canivete_su%C3%AD%C3%A7o>. Acesso em: 11.abr.2012.

“Em razão de muitas vezes não possuírem formação completa de seus órgãos de reprodução, meninas estão especialmente vulneráveis a infecções sexualmente transmissíveis e mais suscetíveis a sofrer por um longo tempo o efeito proporcionado. A traumática sexualização, falta de poder para agir e estigmatização envolvidos na exploração sexual são particularmente danosos para o desenvolvimento das crianças e podem levar a diversos tipos de doenças psiquiátricas e à falta de habilidade de construir laços e relações interpessoais de sucesso³⁴.”

São numerosas as “funcionalidades” da criança no universo de possibilidades do tráfico humano: adoção, agricultura, casamento forçado, conflitos armados, construção civil, fábricas, mendicância, pornografia, prostituição, trabalho doméstico, tráfico de drogas, tráfico de órgãos, turismo sexual, entre outras atividades ilícitas e da mesma forma vantajosas financeiramente para as quadrilhas.

As atividades variam dependendo do local de destino, de qual tipo de exploração atende a demanda local, do nível de repressão exercido pela polícia e do grau de organização das quadrilhas, uma vez que no tocante principalmente à exploração sexual, são necessários espaços físicos como hotéis, clubes noturnos, residências equipadas, saunas, bem como funcionários para atividades de guia, seguranças, cobradores, lavadores de dinheiro e pessoal de apoio³⁵.

Em que pese a existência de tantos destinos dados às crianças traficadas, nesta pesquisa será dado enfoque à ocorrência de tráfico internacional em zonas de catástrofes naturais. Nessa situação de perigo, o canivete não é usado como ferramenta de sobrevivência, mas como arma das quadrilhas.

Naturalmente, tragédia e oportunidade não deveriam caminhar em vias contíguas, contudo nem todos pensam dessa forma. São justamente em circunstâncias de desgraça, pânico generalizado e falta de condições mínimas de sobrevivência que agem as quadrilhas internacionais de tráfico de pessoas.

É perante uma catástrofe, na qual tudo se torna mais confuso e o controle tende a diminuir em todas as áreas de atuação do Estado, que ocorre maior abertura ao tráfico de crianças. As famílias são separadas, deixando crianças vagando sozinhas e sem rumo pelos escombros em procura de parentes e de ajuda.

³⁴ ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde. *Trafficking for sexual exploitation*. 2003. Disponível em: <<http://www.paho.org/english/ad/ge/trafficking.pdf>>. Acesso em: 30.out.2012. p. 2.

³⁵ DIAS, Claudia Sêrvulo da Cunha (Coord.). **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2005. p. 55, 58.

São diversos os exemplos em que países assolados por tragédias naturais detectaram aumento considerável do número de crianças desaparecidas e posteriormente inseridas no esquema de tráfico internacional de pessoas. No presente será abordado em especial o terremoto de janeiro de 2010 no Haiti, versando ainda brevemente sobre duas catástrofes ocorridas em 2005: o furacão Katrina que atingiu a cidade de Nova Orleans, nos EUA, e o tsunami que devastou diversos países asiáticos; desta forma, abordando duas das principais ilicitudes praticadas pelas quadrilhas, a adoção internacional ilegal e a exploração sexual.

2.2.1 Quando o gesto humanitário vira crime

Antes de adentrar no caso em questão, impende sejam tecidas algumas considerações sobre a adoção internacional.

A adoção, em breves linhas, é um procedimento legal pelo qual os direitos e deveres em relação à criança (ou mesmo adultos em alguns casos) são transferidos dos pais biológicos para os adotantes ou o adotante, para uma família substituta, aqui tomada em sentido amplo, podendo até ser monoparental ou constituída por pessoas do mesmo sexo. Enfim, são estabelecidos vínculos psicossociais entre o adotado e uma família inicialmente estranha com o fito de construir vínculos afetivos e civis, oportunizando às crianças vida em um lar seguro e recebimento de cuidados, educação e bem-estar necessários ao seu desenvolvimento. Nas palavras de Rozane da Rosa Cachapuz:

“A adoção tem como finalidade primordial atender ao aspecto da política social de proteção da infância, independentemente da nacionalidade dos sujeitos. Ela visa constituir, para uma criança ou adolescente, uma família com todas as características psicossociais da família natural³⁶.”

De acordo com Arnaldo Marmitt, a adoção não é *“mero contrato, mas um ato jurídico, (...) um ato condição, que transforma a condição do adotado, tornando-o filho de*

³⁶ CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da importância da adoção internacional. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 289.

*quem não é seu pai, com toda a gama de direitos e deveres que tal ato gera*³⁷(...)”, sem discriminações quanto a eventuais filhos naturais.

No plano internacional, a peculiaridade ocorre quanto à divergência de nacionalidade do adotante ou mudança de país e até nacionalidade da própria criança, devendo-se respeitar, contudo, os mesmos princípios e objetivos, visando sempre o seu melhor interesse. A preocupação aqui, além de proporcionar novos laços afetivos às crianças abandonadas ou que tiveram suas famílias dizimadas, é gerar a realização digna de seus direitos fundamentais, atentando para a segurança e bem-estar, porquanto estarão em local diferente de sua residência habitual e eventualmente com língua, costumes e leis igualmente diversos.

Ressalta-se que o instituto em questão tem caráter excepcional. As regras de Direito Internacional Privado, ao contrário das normas de direito local, geralmente apenas indicam um caminho a ser seguido, não impondo comportamentos e condutas, visto que a soberania dos Estados confere a premissa de apenas firmar compromissos que de fato desejam seguir. Ou seja, nada obstante todas as tentativas de uniformizar procedimentos internacionais, cada país pode ter suas próprias formas de resolução de conflitos externos³⁸.

Ensina Gustavo Ferraz de Campos Monaco que há diversas teorias cabíveis, como, por exemplo, a teoria da aplicação cumulativa que, segundo alguns doutrinadores, foi adotada pela Convenção da Haia no tocante à competência das autoridades, lei aplicável e reconhecimento de decisões em matéria de adoção. Essa linha entende que todos os critérios comuns às leis pessoais de todas as partes envolvidas na adoção devem ser atendidos para que ela se conclua. Já a teoria da aplicação distributiva procura respeitar também critérios de ambas as partes, em que cada aspecto da adoção possa ser regido por leis distintas. Existe ainda a aplicação exclusiva da lei do menor, considerando que esta sempre lhe seria mais favorável e a mais apta a controlar operações ilegais, como o tráfico de crianças³⁹.

Independentemente da teoria adotada por cada país, a adoção internacional é instituto de concretização delicada e quando feita sem rigoroso acompanhamento pode ser

³⁷ MARMITT, Arnaldo. **Adoção**. Rio de Janeiro: Aide, 1993. p. 7.

³⁸ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Direitos da criança e adoção internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 77.

³⁹ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Direitos da criança e adoção internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 79-80.

perigosa. Segundo Tarcísio José Martins Costa, algumas das complicações relacionadas à adoção internacional envolvem:

“(...) as diversas formas de abusos praticados (venda, tráfico, sequestro, falsificação de registros de crianças); a incapacidade ou a indisposição de muitos países receptores em conceder reconhecimento legal às adoções externas, colocando crianças numa espécie de limbo jurídico; a inexistência de regras uniformes para determinar qual a legislação aplicável a uma adoção desta natureza (...); os divergentes critérios para estabelecer os tribunais internacionalmente competentes para o conhecimento das adoções e a falta de controles jurídicos adequados, funcionando como fator de incentivo à prática de abusos e atos ilícitos. Do ponto de vista político, o tema está ligado a políticas nacionais sobre migrações de recursos humanos, com a frequente invocação de argumentos relativos à soberania. Do ponto de vista sociocultural (...), surgem a todo instante questionamentos sobre as probabilidades de êxito de uma criança numa sociedade econômica, cultural, lingüística e racialmente distinta da de sua origem⁴⁰.”

A existência dos referidos abusos e atos ilícitos, a exemplo do tráfico internacional de crianças, mote principal do presente trabalho, não deve servir de barreira completa para a adoção internacional, fato que culminaria, nas palavras de Rozane da Rosa Cachapuz, em “*desconsiderar todo um enfoque humano e social que reveste o ato sublime da (excepcional) paternidade e maternidade*”⁴¹.

Necessário, entretanto, que carregue a todo tempo a questão da subsidiariedade ou da excepcionalidade. Deve ser tida como último recurso, concedendo-se primazia ao instituto familiar de origem e somente em caso de real impossibilidade de um crescimento saudável da criança é que tal categoria de adoção deve ser considerada.

Destaca-se que a excepcionalidade não deve ser vista como absoluta, criando-se obstáculos intransponíveis ao instituto da adoção. Não se deve admitir que a criança permaneça a qualquer custo em sua família, mesmo não tendo o amparo afetivo, material e psicológico apropriado. Consoante Tarcísio José Martins Costa, caso os pais não tenham condições mínimas de proporcionar à criança sustento, educação e a devida proteção, frente à impossibilidade de implementar condições familiares dignas, o caminho da adoção pode ser proporcionado observados os devidos procedimentos⁴².

⁴⁰ COSTA, Tarcísio José Martins. **Adoção internacional: aspectos jurídicos, políticos e socioculturais**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2000. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/tarcisio/AdocaoInter.pdf>. Acesso em: 11.set.2012. p. 2-3.

⁴¹ CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da importância da adoção internacional. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 290.

⁴² COSTA, Tarcísio José Martins. **Adoção internacional: aspectos jurídicos, políticos e socioculturais**. A Família na Travessia do Milênio, *Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte:

Apesar do embasamento legal e da precaução que os institutos tentam estabelecer, a adoção internacional ainda causa muitas dúvidas e conflitos. Entende-se que a adoção tem um caráter social, possibilitando a colocação de criança abandonada ou que vive em condições precárias em um lar, onde possa crescer e se desenvolver adequadamente.

O trâmite, todavia, não é simples, pois ao mesmo tempo em que se acredita que a nova família possa prover melhores condições à criança, há sempre o medo de que não seja esse o objetivo pretendido pelos adotantes. Por isso, os Estados tendem a submeter ambas as famílias, ou a família e a criança, a um longo processo que busca certificar a viabilidade da adoção e se haverá garantia de melhoria à vida da criança.

Entretanto, como proceder em casos anormais, quando vigora total instabilidade, como em casos de catástrofes e tragédias naturais? De que forma agir nessas situações em relação às crianças abandonadas, perdidas, quando muitas vezes todos os familiares estão mortos e o Estado impossibilitado de prover a devida assistência em face do caos instalado?

O liame que divide a adoção do tráfico internacional é excessivamente delicado e é por isso que tantos cuidados devem ser tomados. Mesmo quando existe legislação adequada no país, prevenção e repressão ao tráfico, as redes internacionais de tráfico de pessoas têm atingido êxito em situações de pânico e desordem, cenário perfeito para crianças simplesmente desaparecerem.

Ensina Cláudia Lima Marques que o tráfico internacional, quando realizado por meio da adoção, é entendido como aquele que visa

“(...) a transferência internacional definitiva da criança de um país para outro, em que qualquer um dos envolvidos (pais biológicos, pessoas que detém a guarda, as crianças, os terceiros ajudantes ou facilitadores, as autoridades ou os intermediários), recebe algum tipo de contraprestação financeira por sua participação e o sucesso da adoção internacional⁴³.”

Foi o que ocorreu no Haiti em janeiro de 2010, quando o país foi devastado por um terremoto de magnitude 7.0, deixando mais de 300 mil mortos, 250 mil feridos e cerca de

IBDFAM, p. 265/282, 2000. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/tarcisio/AdocaoInter.pdf>. Acesso em: 11.set.2012. p. 5.

⁴³ MARQUES, Claudia Lima. **A Convenção da Haia de 1993 e o regime da adoção internacional no Brasil após a aprovação do novo Código Civil brasileiro em 2002**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/311.htm>>. Acesso em: 11.set.2012.

um milhão de desabrigados. A já frágil estrutura haitiana foi potencializada por casas destruídas, escombros, morte de famílias inteiras e desolação⁴⁴.

Muitos ficaram sensibilizados com a situação e prontamente disponibilizaram ajuda. Vários estrangeiros tentaram adotar os desamparados, na tentativa de prover uma família, uma vida saudável e um lar onde pudessem crescer apartados da degradante situação que atingiu (e atinge) as crianças haitianas.

Contudo, esse espírito humanitário também abriu as portas para a atuação das redes de tráfico de pessoas. O comércio ilegal de crianças durante o terremoto foi largamente mascarado pela adoção internacional, eis que o medo generalizado, a carência de recursos mínimos de sobrevivência, fragmentação de famílias, entre outros desdobramentos, facilitou a atuação de quadrilhas especializadas, evidenciando o tênue limite entre uma atuação humanitária e uma prática criminosa.

Alguns países como os EUA, Espanha e Holanda agilizaram os processos já aprovados de adoção de crianças haitianas para que esses jovens fossem rapidamente amparados. No entanto, através de comunicado oficial, o Comitê de Direitos Humanos da ONU expressou sua preocupação quanto à possibilidade de que crianças separadas de suas famílias após o terremoto, tanto órfãs como as *restaveks*⁴⁵ fossem vítimas de sequestro, violência e exploração sexual, tráfico internacional e inclusive venda de órgãos⁴⁶.

Segundo o Comitê, o caos decretado pelo terremoto resultou na necessidade de adoção de medidas urgentes para a proteção dessas crianças, evitando a separação desnecessária, atentando para as falsas ajudas humanitárias, criando-se ainda um sistema para registrar crianças desacompanhadas⁴⁷.

⁴⁴ HAITI. Departamento de Proteção Civil do Haiti. **Relatório da situação n. 16, de 11 de março de 2010.** Disponível em: <<http://protectioncivilehaiti.net/pdf/Rapport%20de%20situation%20no%2016%20-%20110310.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012.

⁴⁵ O termo significa a criança que foi entregue pelos pais à outra família na expectativa de ter uma vida melhor. Geralmente os novos “pais” prometem estudo, moradia e alimentação em troca de ajuda simples nos serviços domésticos. Entretanto, o que geralmente ocorre é a exploração dessas crianças, as quais não são tratadas como membros da família hospedeira e passam a viver em regime de escravidão. Restavek *Freedom Foundation*. Disponível em: <<http://www.restavekfreedom.org/>>. Acesso em: 04.nov.2012.

⁴⁶ ONU. **Assembléia Geral. Comitê de Direitos Humanos.** 13ª sessão especial de 27.01.2010. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/13specialsession/A.HRC.S-13.NGO.1.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012. p. 2.

⁴⁷ ONU. **Assembléia Geral. Comitê de Direitos Humanos.** 13ª sessão especial de 27.01.2010. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/13specialsession/A.HRC.S-13.NGO.1.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012. p. 3.

O temor foi confirmado e foram diversas as denúncias de tráfico de crianças. Os traficantes aproveitaram a separação de membros da família devido ao desastre natural e, agindo disfarçados de missionários, equipes de busca, voluntários, entre outras simulações, sequestraram crianças, levando-as para a fronteira mais próxima, geralmente portando documentos falsos de adoção, afirmando que todos os familiares estavam mortos e que a adoção iria prover uma vida digna aos “órfãos”.

Compete ressaltar que antes mesmo da catástrofe muitas crianças já sofriam abusos diversos, eram vítimas de tráfico e trabalho escravo, situação esta que se tornou ainda mais preocupante, conforme relatório publicado pela ONG *Save The Children*, no qual informou que além dos altos índices de mortalidade, mais de 225.000 crianças haitianas são submetidas a trabalho doméstico escravo, trabalho forçado, abuso sexual e tráfico internacional⁴⁸.

Assim, muito cuidado deve ser tomado. Perante uma catástrofe como essa é recomendável que a criança receba ajuda no local da tragédia, fazendo-se uma busca por familiares ou responsáveis legais, bem como qualquer tipo de documentação que impeça ligação legal com eventual traficante.

A última das precauções supracitadas é um grande problema no Haiti, pois muitas crianças não possuem qualquer tipo de identificação legal, sendo que aproximadamente um terço não possui nem mesmo certidão de nascimento, fato que dificulta bastante o controle de sua saída do país. Sem saber quem são, onde se encontram e se tem ou não famílias, a busca e proteção se tornam complexas⁴⁹.

Se o cenário já era difícil antes da catástrofe, o quadro só piorou. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos o caos decretado pelo terremoto multiplicou os problemas a serem resolvidos, agravados pela incerteza quanto à sobrevivência das

⁴⁸ SAVE THE CHILDREN. *Haiti's one year later: a country at a crossroads*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/atf/cf/%7B9def2ebe-10ae-432c-9bd0-df91d2eba74a%7D/SAVE_THE_CHILDREN_HAITI_1YR_REPORT_DEC2010.PDF>. Acesso em: 11.abr.2012. p. 2.

⁴⁹ SAVE THE CHILDREN. *Haiti's one year later: a country at a crossroads*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/atf/cf/%7B9def2ebe-10ae-432c-9bd0-df91d2eba74a%7D/SAVE_THE_CHILDREN_HAITI_1YR_REPORT_DEC2010.PDF>. Acesso em: 11.abr.2012. p. 4.

famílias das crianças ou seu desaparecimento, podendo o espírito de solidariedade levar a grandes erros⁵⁰.

A pressão em acelerar o processo de adoção foi enorme, mas o Primeiro Ministro do Haiti decidiu que nenhuma criança seria levada do país sem que o documento tivesse sua própria assinatura e de um representante da ONU, na tentativa de diminuir e combater a ação de quadrilhas⁵¹.

A preocupação, porém, não foi suficiente para estancar o tráfico. Várias pessoas foram detidas pela polícia de fronteira haitiana por conduzir crianças que, aparentemente, haviam perdido a família após os tremores. Entretanto, várias delas não possuíam a documentação autorizando sua retirada, nem mesmo comprovando que aquelas de fato eram órfãs.

Um caso que causou alarde mundial foi a prisão, por parte da polícia haitiana, de membros da associação estadunidense batista *New Life Children's Refuge* (“Refúgio para Crianças Nova Vida”) sob a acusação de tráfico internacional de crianças ao tentar atravessar a fronteira em direção à República Dominicana com 33 (trinta e três) crianças de 2 (dois) a 12 (doze) anos⁵². A meta inicial do grupo era resgatar 100 (cem) crianças, conforme divulgado pela entidade no plano “Missão de Resgate de Haitianos Órfãos”⁵³.

Os “missionários” alegaram estar agindo legalmente e que estavam apenas conduzindo os supostos órfãos para um hotel em Cabarete, na costa norte da República Dominicana, o qual seria posteriormente transformado em um orfanato⁵⁴.

Segundo relatórios divulgados por ONG’s de proteção aos Direitos das Crianças, entre os lugares mencionados com frequência como centros de turismo sexual figura justamente Cabarete. Saliente-se que a maioria das crianças não eram órfãs e foram entregues

⁵⁰COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Haiti. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2005sp/cap.4c.htm>>. Acesso em: 11.abr.2012.

⁵¹COMITE INTERNACIONAL GENEVE. **Terremoto no Haiti: não se devem poupar esforços para reunir as crianças com seus familiares**. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por/resources/documents/interview/haiti-earthquake-interview-020210.htm>>. Acesso em: 10.abr.2012.

⁵²LE MONDE. **Haiti, da adoção ao tráfico**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2010/02/11/haiti-da-adocao-ao-trafico.jhtm>>. Acesso em: 08.abr.2012.

⁵³NEW LIFE CHILDREN'S REFUGE. *Haitian Orphan Rescue Mission*. Disponível em: <<http://www.esbctwinfalls.com/clientimages/24453/pdffiles/haiti/nlcrhaitianorphanrescuemission.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012.

⁵⁴LE MONDE. **Haiti, da adoção ao tráfico**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2010/02/11/haiti-da-adocao-ao-trafico.jhtm>>. Acesso em: 08.abr.2012.

por seus pais mediante promessa de “educação de qualidade” na República Dominicana, contrariando, portanto, a alegada adoção⁵⁵.

O trânsito de crianças traficadas entre o Haiti e a República Dominicana é intenso e após o terremoto foi bastante potencializado, conforme investigação feita pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados. O breve relatório mostra que as crianças são postas para “*trabalhar como vendedores ambulantes, engraxates, pedintes de ruas, empregados domésticos (...), mão de obra barata em empresas de construção, agricultura e pecuária, na prostituição e na venda de drogas em pequena escala*”⁵⁶.

Antes do terremoto, crianças haitianas e da República Dominicana eram vendidas por US\$ 5 para as redes de mendicância, prostituição infantil dos dois sexos ou trabalhos agrícolas. Contudo, na zona de fronteira estima-se que o valor chegue a até US\$ 25 mil para adotar uma criança⁵⁷.

Após o tremor, ajudas internacionais vieram rapidamente, porém pouca coisa mudou no país caribenho. Conforme divulgado pela UNICEF, no relatório *Children in Haiti: One Year After – The long road from relief to recovery* (“Crianças no Haiti: Um Ano Depois - A longa estrada do alívio para a recuperação”) publicado um ano após o terremoto, mesmo decorrido longo período, o processo de recuperação estava apenas no início, sendo que 1 milhão e duzentas mil crianças do Haiti continuavam sem acesso a serviços básicos de água, saneamento, cuidados de saúde e educação, proteção contra doenças e falta de condições sanitárias⁵⁸.

Com a ajuda internacional, centenas de crianças foram adotadas legalmente, todavia, um número elevado e desconhecido desapareceu, visto que a atuação de traficantes do “mercado de adoção” foi intensa após o terremoto que assolou a capital haitiana, resultando na junção de uma atitude de compaixão – a adoção internacional – com um crime atroz, o tráfico.

⁵⁵LE MONDE. **Haiti, da adoção ao tráfico.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2010/02/11/haiti-da-adocao-ao-trafico.jhtm>>. Acesso em: 08.abr.2012.

⁵⁶JRS. *Dominican Republic: JRS condemns trafficking of Haitian children*. n. 293. Disponível em: <http://www.jrs.net/newsletters_detail?ITN=MC-20110201015033&L=EN>. Acesso em: 11.abr.2012.

⁵⁷LE MONDE. **Haiti, da adoção ao tráfico.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2010/02/11/haiti-da-adocao-ao-trafico.jhtm>>. Acesso em: 08.abr.2012.

⁵⁸UNICEF. *Children in Haiti: One Year After – The long road from relief to recovery*. Disponível em: <http://www.unicef.org/infobycountry/files/Children_in_Haiti_-_One_Year_After_-_The_Long_Road_from_Relief_to_Recovery.pdf>. Acesso em: 06.abr.2012. p. 12.

2.2.2 Afogadas pela onda

O tsunami ocorrido em 2005, em países asiáticos como Sri Lanka e Indonésia, não apenas tirou milhões de vidas, mas contribuiu para o sofrimento eterno de crianças vítimas do tráfico internacional.

Segundo o exposto pela UNICEF, crianças que sobreviveram às ondas gigantes, mas perderam suas famílias, foram sequestradas pelas quadrilhas internacionais, sendo diversas as denúncias de tráfico internacional logo após a varredura em larga escala realizada pela natureza⁵⁹.

Assim como no terremoto ocorrido no Haiti, organizações voltadas aos direitos humanos, em especial aos das crianças, logo alertaram quanto à ação das quadrilhas especializadas em exploração sexual, trabalho escravo, adoção ilegal, facilitada pela situação de crise, já que muitos bandos estão disfarçados de organizações humanitárias.

A UNICEF, à época dos fatos, advertiu que as condições asiáticas favoreciam esta modalidade de tráfico devido à enorme população, facilidade em cruzar fronteiras e falta de registro de crianças nascidas em zonas rurais, as quais poderiam facilmente viajar junto dos traficantes como se parentes fossem⁶⁰.

No pós-tsunami a ajuda de outros países também foi encarada com cautela, dada a peculiar situação favorável às quadrilhas. Várias nações se prontificaram a acolher as crianças sobreviventes; porém, nos termos do relatório apresentado pela UNICEF em relação ao Sri Lanka – mas aplicável a outros países atingidos em situações como essas, propícias a ilegalidades – a adoção internacional deve ser tratada com parcimônia, em casos excepcionais, acaso se comprovado que a criança não tem família ou responsáveis ou ainda que será albergada por instituições capazes de assumir os cuidados, sendo mais benéfico para a criança ser acolhida na própria comunidade ou continuar vivendo em seu país⁶¹.

⁵⁹UNICEF. **Como proteger as crianças na zona do tsunami.** Disponível em: <http://www.unicef.pt/18/pr_proteger_geracao_tsunami_exploracao_7_1_05.pdf>. Acesso em: 04.nov.2012. p. 1.

⁶⁰UNICEF. **Como proteger as crianças na zona do tsunami.** Disponível em: <http://www.unicef.pt/18/pr_proteger_geracao_tsunami_exploracao_7_1_05.pdf>. Acesso em: 04.nov.2012. p. 1.

⁶¹UNICEF. *Children and the 2005 Indian Ocean Tsunami.* Disponível em: <http://www.unicef.org/evaluation/files/Sri_Lanka_Tsunami_Synthesis_FINAL.pdf>. Acesso em: 04.nov.2012. p. 57-59.

2.2.3 A indústria do sexo infantil impulsionada pelo furacão

A prostituição infantil em tese segue os mesmo moldes da prostituição de adultos. Trata-se da exploração econômica e sexual de uma criança, em que o sexo é trocado por dinheiro ou mesmo comida, roupas, drogas ou outro tipo de retribuição.

Se as mulheres traficadas têm situação complicada perante as quadrilhas, as crianças sofrem ainda mais, em especial em zonas de tragédias naturais. Desacompanhadas, tornam-se vítimas fáceis de aliciar para a prostituição e dificilmente terão poder físico para lutar contra seus sequestradores, os quais irão colocá-las em locais de prostituição à disposição dos que buscam esse tipo de mercado. É o que ocorreu em Nova Orleans, durante o desastre provocado pelo furacão Katrina, quando ao invés de receber ajuda as crianças foram duplamente vitimizadas.

Em relatório publicado em 2008, a ONG *Shared Hope International* analisou a relação entre o desastre causado pelo furacão que atingiu Nova Orleans e o aumento da incidência do tráfico de crianças.

Com a destruição de parte da cidade, milhares de imigrantes ilegais foram contratados por empresas para reconstruir o que foi derrubado pelas enchentes. Entretanto, ao chegarem aos locais indicados, descobriram que o salário era pífio e também não teriam onde morar durante o período de trabalho. Os imigrantes, porém, estavam de mãos atadas, pois caso denunciassem a exploração que estavam sofrendo, provavelmente seriam deportados devido à ilegalidade de sua permanência no país⁶².

O relatório afirma que o furacão aumentou sobremaneira o tráfico de pessoas destinadas à exploração sexual, chegando ao cúmulo de diversos trabalhadores receberem salário através de serviços sexuais prestados por mulheres e crianças. Além da utilização como forma de renda, os traficantes aumentaram o número de indivíduos sujeitos à

⁶²SHARED HOPED INTERNATIONAL. *Domestic Minor Sex Trafficking*. Disponível em: <http://www.sharedhope.org/Portals/0/Documents/BatonRouge-NewOrleans_PrinterFriendly.pdf>. Acesso em: 10.abr.2012. p. 12.

prostituição para atender a demanda dos trabalhadores temporários contratados para a reconstrução da cidade⁶³.

Além da cidade de Nova Orleans, a capital do estado da Louisiana, Baton Rouge, também foi afetada pelo furacão Katrina. O relatório acima mencionado estima que mais de 1.000 (mil) crianças abandonadas e captadas pelas quadrilhas de tráfico após o furacão foram sujeitadas a diversas formas de exploração sexual como danças eróticas, prostituição e pornografia infantil⁶⁴.

Se por um lado existem inimigos dispostos a obstar o saudável crescimento das crianças, por outro é possível reconhecer a configuração de um forte aliado: a comunidade internacional e os instrumentos de proteção por ela utilizados, nos termos do próximo capítulo.

⁶³SHARED HOPED INTERNATIONAL. *Domestic Minor Sex Trafficking*. Disponível em: <http://www.sharedhope.org/Portals/0/Documents/BatonRouge-NewOrleans_PrinterFriendly.pdf>. Acesso em: 10.abr.2012. p. 12.

⁶⁴SHARED HOPED INTERNATIONAL. *Domestic Minor Sex Trafficking*. Disponível em: <http://www.sharedhope.org/Portals/0/Documents/BatonRouge-NewOrleans_PrinterFriendly.pdf>. Acesso em: 10.abr.2012. p. 11.

3 COMBATE INTERNACIONAL AO TRÁFICO DE CRIANÇAS

O combate de que se tratará neste capítulo é feito em duas frentes: (i) no plano jurídico internacional, no sentido de proteção mundial uniforme conferida à criança no tocante ao crime de tráfico, sem olvidar da importância dos demais direitos assegurados nos diplomas internacionais (ainda sem adentrar nas legislações específicas de cada Estado, dado o enfoque diverso do presente) e; (ii) as atuações do principal organismo internacional de proteção e ajuda às crianças traficadas, a UNICEF, e de algumas ONG's internacionais versando sobre seus principais projetos.

3.1 PROTEÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS DISPOSTA EM CONVENÇÕES

O primeiro documento visando à proteção da criança contra o tráfico internacional foi a Convenção sobre Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, aprovada em 1921, pela antiga Liga das Nações. O documento determinava em seu artigo 2º que as Altas Partes (Estados Partes) contratantes deveriam tomar medidas para descobrir e punir quem praticasse o tráfico de crianças, atentando para a proteção de viagens de crianças a bordo de navios de emigrantes, trens e embarques em portos (artigo 9º)⁶⁵.

Em 1924, foi criado um documento direcionado especificamente à criança, de caráter amplo e genérico, tratando não especificamente do tráfico, mas de direitos em geral, de regras mínimas de proteção. Trata-se da Declaração de Genebra, aprovada pela Liga das Nações e intitulada de “Carta da Liga sobre a Criança”. Continha apenas 5 (cinco) itens, transcritos a seguir:

“I. A criança deve receber os meios necessários para seu desenvolvimento normal, tanto material como espiritual;

⁶⁵DIREITOS HUMANOS. Instrumentos internacionais de direitos humanos. **Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças.** Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIIPAG3_9_8.htm>. Acesso em: 04.nov.2012.

II. A criança que estiver com fome deve ser alimentada; a criança que estiver doente precisa ser ajudada; a criança atrasada precisa ser ajudada; a criança delinquente precisa ser recuperada; o órfão e o abandonado precisam ser protegidos e socorridos;
 III. A criança deverá ser a primeira a receber socorro em tempos de dificuldades;
 IV. A criança precisa ter possibilidade de ganhar seu sustento e deve ser protegida de toda forma de exploração;
 V. A criança deverá ser educada com a consciência de que seus talentos devem ser dedicados ao serviço de seus semelhantes⁶⁶.”

Nada obstante, sua brevidade demonstrou a apreensão internacional quanto à falta de direitos e garantias da criança e serviu de molde para o próximo documento de grande importância para a criança: a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 pela ONU. Estruturada em princípios, a referida convenção tratou da exploração e do tráfico da criança em um deles:

“PRINCÍPIO 9º

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

Não será permitida à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral⁶⁷.”

Entretanto, a Declaração não continha obrigações jurídicas, tinha caráter não vinculativo, moral e principiológico, sendo considerada por muitos Estados como apenas uma recomendação da ONU.

A preocupação mundial em criar um instrumento de efetividade era grande, o que fez com que a ONU declarasse 1979 como o Ano Internacional da Criança, no intuito de promover a conscientização mundial para a necessidade de uma proteção efetiva do infante, por meio da criação de um documento sólido, vinculativo, resultando no surgimento, em 20 de novembro de 1989, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, tratada no tópico seguinte.

⁶⁶DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. **A criança no Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 82.

⁶⁷UNICEF BRASIL. Legislação, Normativas, Documentos e Declarações. **Declaração dos Direitos da Criança**. Disponível em: <http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao_dos_Direitos_da_Crianca.pdf>. Acesso em: 01.nov.2012.

3.1.1 Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (Nova Iorque, 1989)

Criada em 20 de novembro de 1989, esta Convenção, em seu artigo 1º, considera “*como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes*”⁶⁸. Destaca-se especialmente pelo imenso número de ratificações (192), contabilizando quase todos os Estado do mundo (considerando a contagem da ONU), com exceção dos EUA e da Somália⁶⁹.

É considerado o documento internacional com mais eficácia quanto à garantia dos direitos das crianças. Ensina Flávia Piovesan que a Convenção “*acolhe a concepção do desenvolvimento integral da criança, reconhecendo-a como verdadeiro sujeito de direito, a exigir proteção especial e absoluta prioridade*”⁷⁰. A proteção da criança deve ser priorizada, deve seguir o princípio do melhor interesse, o desenvolvimento não pode ser esparso, com apenas alguns direitos garantidos, outros apenas depois. É justamente no período em que está crescendo que a criança necessita de segurança especial para ter uma vida digna, sem que suas integridades física, moral, psicológica, sexual, sejam violadas.

Portanto, as disposições da Convenção devem ser observadas em sua totalidade, na linha de pensamento da Convenção de Viena, a qual afirma que quando tratados e protocolos envolverem direitos humanos a aplicação deve ser integral, devendo ser adotadas todas as medidas cabíveis para o seu efetivo cumprimento, bem como a disponibilização de recursos para tanto⁷¹.

Em diversos de seus artigos, iniciando pelo 3º e 4º, este instrumento de fato confere proteção jurídica aos direitos da criança, garantia de seus direitos fundamentais, porquanto não se trata de uma recomendação, como ocorre em diversas declarações internacionais. As determinações contidas na Convenção são coercitivas, devem ser

⁶⁸BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 01.nov.2012.

⁶⁹UNICEF PORTUGAL. **Direitos das Crianças – As crianças têm direitos**. Disponível em: <<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁷⁰PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 216.

⁷¹PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 217.

cumpridas pelos Estados que a ratificaram. As medidas necessárias para a realização dos direitos das crianças têm de ser adotadas, conforme transcrito a seguir:

“Artigo 3º

(...)

2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

Artigo 4º

Os Estados Partes adotarão todas as medidas administrativas, legislativas e de outra índole com vistas à implementação dos direitos reconhecidos na presente Convenção. Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados Partes adotarão essas medidas utilizando ao máximo os recursos disponíveis e, quando necessário, dentro de um quadro de cooperação internacional⁷².”

Jacob Dolinger ressalta que os dispositivos da Convenção que mandam legislar para atingir os objetivos lá delineados podem causar confusão no ordenamento interno, já que mesmo ratificada integralmente podem os Poderes Executivo e Legislativo simplesmente se manter inertes e não optar pelas medidas voltadas à implementação dos direitos reconhecidos na Convenção. Ou seja, os direitos são reconhecidos, mas as garantias, os meios para executá-los podem não estar disponíveis. O autor afirma que é problemático termos uma convenção bifurcada, onde parte dos direitos está reconhecida na própria convenção e outros dependem de legislação interna para serem aplicados⁷³. Em suas palavras “*ou a convenção entra no sistema jurídico nacional integralmente, ou não entra (...). Assim como uma lei não pode entrar em vigor parcialmente, o mesmo se dá com um diploma internacional*⁷⁴.”.

O diploma preconiza importantes considerações como o auxílio especial aos menores, a proteção à família, o reconhecimento que em todos os países há crianças que vivem em situações precárias, a valorização de sua identidade cultural, sua proteção contra todas as formas de discriminação, e a “*cooperação internacional para a melhoria das*

⁷²BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 01.nov.2012.

⁷³DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**. A criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 87.

⁷⁴DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**. A criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 89.

*condições de vida das crianças em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento*⁷⁵.”

Vários artigos da Convenção trazem formas de combate ao tráfico internacional de crianças e proteção contra as eventuais outras atividades ilícitas contra elas praticadas. A seguir, um panorama de tais disposições, ressaltando-se que não se trata de um rol taxativo, pois o artigo 36 preconiza: “*os Estados Partes protegerão a criança contra todas as demais formas de exploração que sejam prejudiciais para qualquer aspecto de seu bem-estar*⁷⁶.”.

Para fazer frente ao tráfico internacional, a Convenção dispõe, principalmente, dos artigos 11 e 35, os quais determinam aos Estados Partes a adoção das medidas necessárias para combater a “*transferência ilegal de crianças para o exterior e a retenção ilícita das mesmas fora do país*⁷⁷.”, bem como “*as de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças para qualquer fim ou sob qualquer forma*⁷⁸.”.

Também como forma de proteção ao tráfico, há o artigo 19, o qual determina que os Estados adotem medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais, a fim de que a criança não sofra abuso ou exploração por seus pais, representantes legais ou responsáveis. A adoção de tais medidas, em especial sociais e educacionais, é um possível instrumento de prevenção contra a venda de crianças aos aliciadores por justamente quem é responsável por elas.

O artigo 21 estabelece alguns princípios que devem nortear a adoção internacional, comumente utilizada para mascarar o tráfico internacional: a defesa primordial dos interesses superiores da criança; a obrigatoriedade da liberação das autoridades competentes obedecendo as exigências legais; a garantia de que a criança sujeita à adoção internacional terá os mesmos direitos e se sujeitará às mesmas normas aplicáveis à adoção

⁷⁵BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 12.set.2012.

⁷⁶BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁷⁷BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁷⁸BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

nacional; a tomada das medidas adequadas que evitem a conversão da adoção em benefício material indevido aos envolvidos; e a conclusão de acordos internacionais que assegurem o envolvimento de autoridades competentes na alocação de crianças no exterior.

Foram ainda estabelecidas diversas condições para que ocorra a adoção internacional:

“Artigo 21

Os Estados Partes que reconhecem ou permitem o sistema de adoção atentarão para o fato de que a consideração primordial seja o interesse maior da criança. Dessa forma, atentarão para que:

- a) a adoção da criança seja autorizada apenas pelas autoridades competentes, as quais determinarão, consoante as leis e os procedimentos cabíveis e com base em todas as informações pertinentes e fidedignas, que a adoção é admissível em vista da situação jurídica da criança com relação a seus pais, parentes e representantes legais e que, caso solicitado, as pessoas interessadas tenham dado, com conhecimento de causa, seu consentimento à adoção, com base no assessoramento que possa ser necessário;
- b) a adoção efetuada em outro país possa ser considerada como outro meio de cuidar da criança, no caso em que a mesma não possa ser colocada em um lar de adoção ou entregue a uma família adotiva ou não logre atendimento adequado em seu país de origem;
- c) a criança adotada em outro país goze de salvaguardas e normas equivalentes às existentes em seu país de origem com relação à adoção;
- d) todas as medidas apropriadas sejam adotadas, a fim de garantir que, em caso de adoção em outro país, a colocação não permita benefícios financeiros indevidos aos que dela participarem;
- e) quando necessário, promover os objetivos do presente artigo mediante ajustes ou acordos bilaterais ou multilaterais, e envidarão esforços, nesse contexto, com vistas a assegurar que a colocação da criança em outro país seja levada a cabo por intermédio das autoridades ou organismos competentes.

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2. Os Estados Partes adotarão medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais com vistas a assegurar a aplicação do presente artigo. Com tal propósito, e levando em consideração as disposições pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados Partes, deverão, em particular:

- a) estabelecer uma idade ou idades mínimas para a admissão em empregos;
- b) estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de emprego;
- c) estabelecer penalidades ou outras sanções apropriadas a fim de assegurar o cumprimento efetivo do presente artigo⁷⁹.”

⁷⁹BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

A Convenção igualmente serve de importante instrumento de proteção contra as diversas atividades oriundas do tráfico internacional de crianças.

O artigo 32 protege a criança contra a exploração econômica, não necessariamente de cunho sexual, que poderá ser oriunda do tráfico internacional. Conforme delineado anteriormente, a criança envolvida no tráfico poderá ser explorada economicamente trabalhando em plantações, indústrias, ambientes domésticos ou relegada à mendicância e ao tráfico de drogas, entre outras atividades que sejam nocivas para seu “*desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social*”⁸⁰.

O artigo 33 determina a proteção da criança contra o uso ilícito de drogas ou substâncias psicotrópicas, prática que pode ser utilizada quando ocorre a exploração sexual de crianças já traficadas, através de prostituição ou pornografia infantil, a fim de deixá-las mais calmas e dóceis, anestesiadas para que não sintam desconforto na prática do ato. Especificamente quanto ao tema, o artigo 34 determina que os Estados deverão proteger as crianças contra todas as formas de exploração e abuso sexual, citando qualquer atividade sexual ilegal, prostituição e em espetáculos ou materiais pornográficos. O artigo 33 determina ainda a proteção quanto à utilização da criança na produção e no tráfico de drogas.

Além da proteção à criança contra tais ilicitudes, caso elas por infortúnio ocorram, a Convenção dispõe acerca do tratamento e da assistência que devem ser prestados às vítimas. É o que determina o artigo 39:

“Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica e a reintegração social de toda criança vítima de qualquer forma de abandono, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. Essa recuperação e reintegração serão efetuadas em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança”⁸¹.

É ainda importante instrumento no combate ao tráfico internacional durante catástrofes naturais ou estados de crise, conforme leciona Celso de Albuquerque Mello, na medida em que “*suas cláusulas devem ser respeitadas em todas as situações. Não é como*

⁸⁰BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁸¹BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

*ocorre com os tratados de direitos humanos que em determinadas situações de emergência têm grande parte de suas cláusulas suspensas*⁸²”, o que só favorece a atuação das quadrilhas internacionais e desrespeita direitos fundamentais da criança.

Ensina Tatyana Scheila Friedrich que entre os “*princípios que regem o 'estado de emergência' no direito internacional está o princípio da não derrogação dos direitos fundamentais*”⁸³, uma vez que é justamente em situações calamitosas que a garantia dos direitos fundamentais, em especial daqueles que necessitam de proteção integral, deve ser fortalecida ou ao menos não suprimida ou suspensa.

3.1.2 Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional (Haia, 1993)

Frente à necessidade de se proteger as crianças e estabelecer meios de cooperação entre os Estados em matéria de adoção internacional, surgiu a Convenção da Haia de 1993, traçando diretrizes em relação ao tema.

Os Estados signatários perceberam a importância de alocar as crianças em lares capazes de prover um ambiente familiar, mesmo que seja internacionalmente. Dessa forma, ao se estabelecer medidas comuns aos Estados, protegendo o interesse da criança e se pautando pelos princípios internacionais, tentou-se prevenir o tráfico, o sequestro e a venda de crianças.

Para garantir a efetividade de suas determinações, ao mesmo tempo em que procura não desrespeitar as normas internas de cada país, a Convenção não se limitou a indicar as leis aplicáveis ao caso concreto. Também foram elaboradas, consoante Claudia Lima Marques

“(...) regras materiais (administrativas e cíveis), regras de procedimento (administrativas e processuais) e regras indiretas de conflito (de reconhecimento e exceção de ordem pública), de forma a assegurar um mínimo de cooperação entre as

⁸²MELLO, Celso de Albuquerque. A Criança no Direito Humanitário. In: SILVA PEREIRA, Tânia da (Coord.). **O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 497.

⁸³FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de direito internacional público – jus cogens**. Belo Horizonte: Fórum, 2004. p. 104.

autoridades dos países envolvidos e uma efetiva proteção dos direitos da criança adotável⁸⁴.”

No entanto, tal normativa não pode ser analisada isoladamente, devendo ser vista junto a inúmeras legislações internacionais que tratam do assunto e, especialmente, em respeito à lei do país da criança adotada. Inclusive, o artigo 5º determina alguns deveres e precauções que devem ser tomados pelas autoridades competentes dos Estados de origem da criança, quando ocorrer a adoção internacional.

Esta Convenção é considerada o documento mais importante e utilizado referente ao tema e estabelece algumas recomendações gerais a serem seguidas pelos países signatários logo em seu preâmbulo. Dentre elas cita-se: o reconhecimento que a criança deva crescer em ambiente familiar saudável para desenvolvimento de sua personalidade; a atuação do Estado, prioritariamente, no sentido de manter a criança em sua família de origem; a possibilidade da adoção internacional perante os interesses da criança; e, o respeito aos direitos fundamentais da criança, bem como sua proteção contra eventuais abusos⁸⁵.

Estabelece ainda que o Estado se assegure das condições em que a criança passará a viver uma vez adotada; das condições propícias da família que adota; das garantias que o Estado no qual a criança viverá concede a ela; que a adoção não se converta em tráfico ou benefício material ilegal a quem adota; sempre tendo em vista o melhor interesse da criança e, se possível, considerando sua opinião.

Ensina Cláudia Lima Marques que

“Este documento, além de buscar a cooperação administrativa e judicial internacional, permite a aplicação do direito nacional pelos juízes e autoridades centrais, preservando os interesses e direitos das crianças, assim como tenta evitar os perigos da adoção internacional, especialmente a camuflada pelo tráfico de crianças⁸⁶.”

⁸⁴MARQUES, Cláudia Lima. A subsidiariedade da adoção internacional: diálogo entre a Convenção da Haia de 1993, o ECA e o novo código civil brasileiro. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 36.

⁸⁵BRASIL. Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999. **Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3087.htm>. Acesso em: 06.nov.2012.

⁸⁶MARQUES, Cláudia Lima. **A Convenção da Haia de 1993 e o regime da adoção internacional no Brasil após a aprovação do novo Código Civil brasileiro em 2002**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/311.htm>>. Acesso em: 11.set.2012.

3.1.3 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil (Nova Iorque, 2000)

Conforme exposto no preâmbulo deste Protocolo, não obstante as disposições de diversos artigos determinando aos Estados Partes a adoção de medidas e o reconhecimento de deveres para proteger a criança contra a exploração e o abuso sexual, houve o reconhecimento da necessidade de ampliar as medidas para tornar possível a implementação das disposições, especialmente dos artigos 1º, 11, 21, 32, 33, 34, 35 e 36 da Convenção sobre os Direitos da Criança, determinando aos Estados Partes que proibam a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil⁸⁷, conforme disposto no presente Protocolo. Nos termos do preâmbulo, este Protocolo adicional nasceu:

“(...) da preocupação com o significativo e crescente tráfico internacional de crianças para fins de venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (...) a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso para a criança ou interferir em sua educação, ou ser prejudicial à saúde da criança ou ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social, (...) com a prática disseminada e continuada do turismo sexual, ao qual as crianças são particularmente vulneráveis, uma vez que promove diretamente a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil⁸⁸.”

Em síntese, este Protocolo estabelece aos Estados Partes as seguintes obrigações:

“- incriminação da venda de crianças para fins de exploração sexual, venda de órgãos ou trabalho forçado, bem como da ação dos intermediários nos processos de adoção efetuados em violação dos instrumentos internacionais sobre esta matéria;
- incriminação da oferta, obtenção ou utilização de crianças para fins de prostituição infantil;

⁸⁷Para o Protocolo: a) Venda de crianças significa qualquer ato ou transação pela qual uma criança é transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas a outra pessoa ou grupo de pessoas, em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação; b) Prostituição infantil significa o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação; c) Pornografia infantil significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança envolvida em atividades sexuais explícitas reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins primordialmente sexuais. BRASIL. Decreto n. 5.007, de 8 de março de 2004. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁸⁸BRASIL. Decreto n. 5.007, de 8 de março de 2004. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

- incriminação da produção, distribuição, divulgação, importação, exportação, oferta, venda ou posse para qualquer um destes fins de pornografia infantil;
- estabelecimento de jurisdição sobre os crimes acima referidos, sempre que cometidos no seu território ou por um dos seus nacionais (caso o autor não seja extraditado com este mesmo fundamento);
- reforço da cooperação internacional nesta matéria, a nível multilateral, regional e bilateral⁸⁹.”

Ratificado por 137 (cento e trinta e sete) dos 190 (cento e noventa) Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança, este Protocolo Facultativo é importante instrumento para que não ocorra a violação da integridade sexual dos infantes e que não sejam tratados como mercadoria, como um item do mercado sexual⁹⁰.

3.1.4 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (Nova Iorque, 2000)

Conforme a UNICEF, cerca de 300 (trezentas) mil crianças participam de conflitos armados em mais de 60 (sessenta) países, como “*combatentes, mensageiros, espiões e escravos sexuais*”⁹¹. Um dos possíveis destinos de crianças traficadas, as guerras, ou melhor, sua manutenção, propiciam fonte ilimitada de lucro aos fabricantes de armas, ditadores e traficantes de pessoas

No mesmo sentido do Protocolo Facultativo tratado no item anterior, foi necessário determinar aos Estados Partes que adotassem medidas específicas para que as obrigações dispostas na Convenção sobre os Direitos da Criança fossem implantadas a fim de coibir a utilização de crianças-soldados.

⁸⁹ONU. Comitê dos Direitos da Criança. Protocolo Facultativo relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil: o conteúdo e objetivos fundamentais do Protocolo. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#2b1>>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁹⁰UN.RIC. Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **ONU lança campanha a favor da proibição universal da venda de crianças e da prostituição infantil**. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/28338-onu-lanca-campanha-a-favor-da-proibicao-universal-da-venda-de-criancas-e-da-prostituicao-infantil>>. Acesso em: 11.nov.2012.

⁹¹UNICEF. *Children affected by armed conflict: UNICEF actions*. Disponível em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/893C5BFA8D01FF3CC1256E85004A7F86-Child-Armed.UNICEFAct.pdf>>. Acesso em: 04.nov.2012. p. 110.

Em essência, foi determinado aos Estados Partes que adotassem medidas objetivando que menores de 18 (dezoito) anos não participassem diretamente de hostilidades (artigo 1º), foi elevada a idade de 15 (quinze) para 18 (dezoito) anos para a integração em conflitos armados, houve garantia de que a criança (todo indivíduo com menos de 18 [dezoito] anos) não fosse obrigada a se alistar nas forças armadas. No entanto, não houve proibição ao recrutamento de menores de 18 (dezoito) anos, desde que voluntário, com proteção especial e observadas as seguintes condições:

“Artigo 3º

3. Os Estados Partes que permitirem o recrutamento voluntário de menores de 18 anos em suas forças armadas nacionais manterão salvaguardas para assegurar, no mínimo que:

- a) o referido recrutamento seja genuinamente voluntário;
- b) o referido recrutamento seja feito com o consentimento informado dos pais do menor ou de seus tutores legais;
- c) os menores em questão sejam devidamente informados das responsabilidades envolvidas no referido serviço militar;
- d) os menores em questão forneçam comprovação fiável de sua idade antes de serem aceitos no serviço militar nacional⁹².”

Em síntese, este Protocolo estabelece aos Estados Partes as seguintes obrigações:

- “- estabelece os 18 anos como idade mínima para o recrutamento forçado e para a participação direta em hostilidades, o que constitui um claro progresso em relação ao padrão de 15 anos até então existente;
- afirma claramente a necessidade de ser aumentada a idade para o recrutamento voluntário, um sinal de reconhecimento que as normas existentes não são suficientes para proteger adequadamente as crianças.
- proíbe o recrutamento ou utilização em hostilidades de crianças abaixo dos 18 anos de idade por forças rebeldes ou outros grupos armados não governamentais e solicita aos Estados que criminalizem tais práticas, e
- exige que os Governos adotem medidas e desenvolvam programas de assistência internacional para desmobilizar e reabilitar antigas crianças soldados e reintegrá-las na sociedade⁹³.”

Ratificaram este Protocolo 132 (cento e trinta e dois) dos 190 (cento e noventa) Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança. Representa um grande avanço, porém como lembra a representante especial da ONU para as Crianças e Conflitos Armados, Radhika Coomaraswamy, é necessária uma maior adesão, em razão da enorme quantidade

⁹²BRASIL. Decreto n. 5.006, de 8 de março de 2004. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5006.htm>. Acesso em: 03.nov.2012.

⁹³ONU. Comitê dos Direitos da Criança. Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados: o conteúdo e objetivos fundamentais do Protocolo. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-protecao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#2b1>>. Acesso em: 03.nov.2012.

conflitos nos quais “as crianças são utilizadas como soldados, espiões, escudos humanos ou objetos sexuais e cada ratificação aproxima-nos um pouco mais de um mundo em que as crianças já não participam em conflitos”⁹⁴.

3.2 ATUAÇÃO DA UNICEF E ONG’S INTERNACIONAIS

Diante da imensa violação de direitos humanos e exposição de crianças a essas situações deploráveis, o tráfico internacional de crianças mobiliza diversos organismos internacionais.

Em 1946, quando foi criada, a UNICEF significava *United Nations International's Children's Emergency Fund*, já que inicialmente foi constituída como um fundo de emergência destinado ao provimento de alimentação, roupas e cuidados médicos para as crianças européias devastadas pela Segunda Guerra Mundial. Alguns anos depois, em 1953, tornou-se parte permanente da ONU (também tem sede em Nova Iorque) e o nome foi diminuído para *United Nations Children's Fund*, eis que o fundo em questão não era mais utilizado somente em emergências, mas para a proteção das crianças de forma geral⁹⁵.

Inicialmente, a UNICEF realizou campanhas mundiais voltadas para a área da saúde e a partir de 1961 dedicou-se à criança como um todo, começando pela educação. Em 1965, recebeu o prêmio Nobel da Paz pela promoção da fraternidade entre as nações (“*for the promotion of brotherhood among nations*”)⁹⁶.

Em suma, a UNICEF tem como objetivo a defesa mundial dos direitos das crianças, mediante o trabalho com governos nacionais (está presente em 191 [cento e noventa

⁹⁴UN.RIC. Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **ONU lança campanha a favor da proibição universal da venda de crianças e da prostituição infantil.** Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/28338-onu-lanca-campanha-a-favor-da-proibicao-universal-da-venda-de-criancas-e-da-prostituicao-infantil>>. Acesso em: 11.nov.2012.

⁹⁵UNICEF. *About UNICEF: who we are.* Disponível em: <http://www.unicef.org/about/who/index_introduction.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

⁹⁶UNICEF. *About UNICEF: who we are.* Disponível em: <http://www.unicef.org/about/who/index_introduction.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

e um] países), organizações não governamentais, instituições, voluntários, entre outros entes de proteção dos infantes⁹⁷.

Em relação ao tráfico internacional de crianças, a UNICEF adota as seguintes diretrizes de combate:

- “1. O procedimento para identificar as crianças vítimas do tráfico;
2. A designação de um tutor para cada vítima;
3. A forma de conduzir o interrogatório pelas autoridades;
4. A orientação dos casos para os serviços competentes e a coordenação entre as agências responsáveis;
5. Os cuidados preliminares e a proteção;
6. A regulamentação da situação legal das crianças em um país que não é o seu (direito de estadia);
7. Avaliação dos casos e identificação de uma “situação durável”;
8. Aplicação de uma solução durável, envolvendo o retorno eventual da criança ao seu país de origem ou à sua família;
9. O acesso à justiça;
10. A proteção enquanto vítima e testemunha potencial;
11. A formação para os agentes que se ocupam de vítimas do tráfico⁹⁸.”

Uma das possíveis destinações das crianças traficadas, os conflitos armados afetaram mais de 28.000 (vinte e oito mil) delas em razão do ingresso nas forças armadas ou em grupos rebeldes, consoante dados da UNICEF. Em 2010, mais de 11.400 (onze mil e quatrocentas) crianças provenientes de conflitos armados foram reintegradas às suas famílias, através do projeto MRM (*Monitoring and Reporting Mechanism* - "Mecanismo de Monitoramento e Relatório"), desenvolvido em conjunto com a ONU, dedicado à proteção das crianças nestas situações, em especial quanto a seis violações de direitos⁹⁹:

- “1. Assassinato ou mutilação de crianças.
2. Recrutamento ou uso de crianças por grupos armados.
3. Ataques em escolas ou hospitais.
4. Estupro ou outro tipo de violência sexual.
5. Sequestro de crianças.

⁹⁷UNICEF. *About UNICEF: who we are*. Disponível em: <http://www.unicef.org/about/who/index_introduction.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

⁹⁸DOTTRIDGE, Mike. **Tráfico de Crianças: O que precisamos saber?**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13290-13291-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09.abr.2012. p. 3-4.

⁹⁹UNICEF. *Child recruitment by armed forces or armed groups*. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/57929_58007.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

6. Negativa de ajuda humanitária¹⁰⁰.

Levando em conta tais violações, a UNICEF e outros organismos coletam informações nos países afetados por conflitos armados e as enviam para o Conselho de Segurança da ONU para que tome providências que resultem na erradicação das crianças-soldados.

Outra preocupação da UNICEF é o aumento do tráfico de crianças em situações de desastre natural, nos termos delineados neste estudo. Em conjunto com outras organizações mundiais, elabora guias e estratégias de combate a tais cenários, publica relatórios e comunicados de imprensa. Uma das principais ações perpetradas pela UNICEF durante tais condições é o encontro das crianças desaparecidas com suas famílias, já que o risco de cooptação aumenta conforme o lapso temporal¹⁰¹.

Além disso, a UNICEF possui projetos de tratamento psicológico das crianças afetadas por tragédias naturais, baseados nas normas constantes no "Guia para saúde mental e suporte psicossocial em situações de emergência"¹⁰². Em 2010, foi lançada uma campanha para que todos os organismos de ajuda humanitária e os Estados Partes da ONU seguissem o referido guia quando ocorressem desastres naturais¹⁰³.

Ressalva-se que as ações acima são apenas alguns exemplos de ação, descritas de forma concisa, vez que se pode perceber dos capítulos anteriores que grande parte deste estudo foi concretizada devido aos relatórios, estudos, dados e projetos da própria UNICEF.

Ao lado da UNICEF, numerosas Organizações Não-Governamentais se dedicam e tomam iniciativas contra o tráfico de crianças como: investigações para saber se determinadas crianças são vítimas desse crime; identificação precisa das crianças mais vulneráveis; campanhas a fim de sensibilizar o público e os responsáveis; interceptação de vítimas no momento em que estão sendo levadas para outro país ou sua identificação no momento em que chegam ao seu destino e são exploradas; colocação em estabelecimentos especializados e

¹⁰⁰UNICEF. *Monitoring and Reporting Mechanism (MRM) on grave violations of children's rights in situations of armed conflict*. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/57929_57997.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

¹⁰¹UNICEF. *Family separation in emergencies*. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/57929_57994.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

¹⁰²UNICEF. *Psychosocial support and well-being*. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/57929_57998.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

¹⁰³UNICEF. *Advocacy campaign on mental health and psychosocial support in emergencies*. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/57929_58014.html>. Acesso em: 11.nov.2012.

proteção das crianças resgatadas envolvendo cuidados médicos, assistência psicossocial; apoio na fase seguinte de sua vida.

Este último item merece especial atenção, porquanto, vale novamente ressaltar, existe um grave problema quanto ao modo de tratamento das vítimas uma vez encontradas. Em muitos países as crianças são detidas por residirem ilegalmente no local ou por sua condição de prostituição, restando fundamental que haja assistência médica, social e policial quando localizadas.

A seguir serão apresentadas as principais ações de algumas ONG's internacionais que combatem violações aos direitos das crianças, escolhidas em razão do conteúdo e abrangência de seus projetos, destinados às vítimas envolvidas pelos tipos de exploração tratados nesta pesquisa.

3.2.1 ECPACT *International*

A ECPACT *International* é uma organização mundial e seus objetivos estão elencados em seu próprio nome. A sigla ECPACT significa *End Child Prostitution, Child Pornography & Trafficking of Children for Sexual Purposes* (“Fim à Prostituição Infantil, Pornografia Infantil & Tráfico de Crianças para Fins Sexuais”). Empenha-se na eliminação dessas atrocidades através de cerca de 70 (setenta) “ECPACT's” ao redor do mundo (ECPACT UK, ECPACT Brasil etc), bem como mediante o trabalho de indivíduos voluntários¹⁰⁴.

A principal campanha da ECPACT contra o tráfico de crianças é a intitulada *Stop Sex Trafficking of Children & Young People* (“Pare o Tráfico Sexual de Crianças & Pessoas Jovens”). Lançada em 28 de novembro de 2008 e com término previsto para 2012, a campanha, criada em conjunto com a multinacional inglesa *The Body Shop*, foi a primeira campanha global contra o tráfico de crianças para fins sexuais, bem como uma das maiores petições envolvendo direitos humanos submetida à apreciação da ONU¹⁰⁵.

Até novembro de 2012 a campanha trouxe diversos resultados positivos:

¹⁰⁴ECPAT INTERNATIONAL. *Who we are?*. Disponível em: <<http://www.ecpat.net/EI/index.asp>>. Acesso em: 05.nov.2012.

¹⁰⁵ECPAT INTERNATIONAL. *Stop Sex Trafficking of Children & Young People Campaign*. Disponível em: <<http://stopchildsextrafficking.moonfruit.com>>. Acesso em: 05.nov.2012.

- “- populações de cerca de 64 (sessenta e quatro) países realizaram manifestações para que seus governos tomem providências contra o tráfico de crianças;
- 20 (vinte) Estados realizaram ações para proteger as crianças de tais crimes;
- US\$ 3 (três) milhões foram arrecadados em prol de projetos de combate ao tráfico sexual e outras formas de exploração econômica sexual ;
- centenas de policiais, voluntários sociais e outros profissionais foram treinados para adequadamente tratar de casos envolvendo tráfico sexual de crianças;
- 4 (quatro) países ratificaram o Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relacionado à venda, prostituição e pornografia de crianças, e 3 (três) declararam publicamente que o farão em breve;
- 4 (quatro) países adotaram o Protocolo de Tráfico da ONU;
- 8 (oito) países alteraram ou estão alterando sua legislação;
- milhares de vítimas tiveram a chance de acessar a justiça e receberam tratamento especial após o ocorrido¹⁰⁶.”

Números que em princípio parecem pequenos, porém não existiriam sem o esforço desta organização em conjunto com a comunidade internacional militante contra o tráfico de crianças.

3.2.2 DNA-*ProKids*

Fundado em 2004, na Universidade de Granada, Espanha, o DNA-*ProKids* é um projeto que utiliza testes de DNA para combater o tráfico internacional. Primeiramente ocorre a identificação e a coleta de material genético de crianças traficadas e posteriormente a comparação com pessoas que procuram crianças desaparecidas em seu país, ocorrendo a reunião dos infantes com as famílias após a verificação positiva.

A atuação não se restringe ao resgate das crianças, tendo outro objetivo, de igual importância, que é colher informações acerca da atuação das quadrilhas, países de origem, a forma de ação, rotas utilizadas, entre outros elementos essenciais para coibir essa forma de tráfico pelas instituições de repressão. Tem também como meta promover colaboração internacional e sistemática, criando um sistema de dados mundial contendo informação

¹⁰⁶ECPACT INTERNATIONAL. **Relatório final da campanha *Stop Sex Trafficking of Children & Young People***. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI/Publications/Trafficking/Creating%20Change%20Throught%20Partnership_FINAL.pdf>. Acesso em: 05.nov.2012. p. 48.

genética a fim de obter, além da já citada reintegração de crianças desaparecidas a suas famílias, os seguintes propósitos:

- “- prevenção da adoção ilegal das crianças sequestradas, através de checagem biológica com sua família;
- estudar e enviar à polícia e ao sistema judiciário medidas mais efetivas de combate ao tráfico humano, em especial mulheres e crianças;
- apurar problemas sociais que servem de empecilho para uma luta eficaz contra o tráfico humano;
- promover o treinamento de especialistas, de diferentes países, em identificação genética¹⁰⁷.”

Segundo relatado pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos, programa governamental de Portugal criado para combater esta modalidade de tráfico, em 2010, com a colaboração de 15 (quinze) países, o projeto DNA-ProKids conseguiu devolver 250 (duzentos e cinquenta) crianças às famílias de origem.

Um dos casos envolve justamente o terremoto ocorrido no Haiti. Após o governo da Bolívia investigar a chegada de imigrantes no país, verificou-se que 25 (vinte e cinco) crianças estavam desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Feita a colheita de material genético e a comparação com famílias de Porto Príncipe, constatou-se que 13 (treze) crianças haviam sido traficadas logo após o terremoto, sendo imediatamente devolvidas pelas autoridades. As outras 12 (doze) eram provenientes da Espanha, igualmente levadas de volta às suas famílias¹⁰⁸.

3.2.3 *Save The Children*

A organização mundial *Save The Children* provê ajuda às crianças afetadas por desastres ao redor do mundo como tsunamis, furacões, terremotos, conflitos armados, através

¹⁰⁷DNA-PROKIDS. *Whai is Dna-ProKids?*. Disponível em: <<http://www.dna-prokids.org/%C2%BFque-es-dna-%E2%80%93-prokidswhat-is-dna-prokids>>. Acesso em: 12.set.2012.

¹⁰⁸OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS. **Projeto de identificação genética em Granada já devolveu 250 crianças às famílias, 13 no Haiti**. Disponível em: <<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=203&mid=000&sid=1&sid=000&cid=CNT4d384921ae417>>. Acesso em: 12.set.2012; DNA-PROKIDS. *Haiti Press Clipping*. Disponível em: <<http://www.dna-prokids.org/wp-content/uploads/2010/02/Haiti-pressclipping.pdf>>. Acesso em: 12.set.2012.

de alimentos, cuidados médicos e educação, bem como após as tragédias mediante programa de recuperação a longo prazo¹⁰⁹.

Conforme dito nos capítulos anteriores, as crianças são infelizmente as mais vulneráveis aos traficantes de pessoas durante as tragédias naturais, tendo em vista a separação de suas famílias dado o caos implantado e o encaminhamento à exploração sexual, conflitos armados, exploração econômica, adoção falsa, entre outras “funcionalidades” já citadas.

Em 2012 a *Save The Children* ajudou 75.998 (setenta e cinco mil novecentas e noventa e oito) crianças afetadas por desastres naturais e conflitos armados. No terremoto do Haiti ocorrido em 2010, desempenhou papel fundamental juntamente com o governo haitiano e outras organizações mundiais na devolução de crianças separadas ou desacompanhadas de seus familiares. A atuação no Haiti ocorre até hoje com base em doações, promovendo assistência às crianças e famílias com proteção e tratamento de saúde¹¹⁰.

Ressalta-se que o trabalho da *Save The Children* não ocorre somente no momento do desastre, quando os olhos de todo o planeta para a tragédia se voltam. O acompanhamento é a longo prazo, documentado através de relatórios e adoção de medidas para que o futuro das crianças esteja assegurado, não buscando somente a sobrevivência no momento do drama, mas uma vida digna após, quem sabe com melhores (ou mínimas) condições.

Da preocupação com o pós-tragédia, surgiram os mais de 75 (setenta e cinco) *Child Friendly Spaces* (“Espaços Amigáveis da Criança”) ao redor do mundo, pelos quais é fornecida a assistência necessária às vítimas de zonas de emergência ou crises extensas. As crianças têm um tratamento especial a fim de que se recuperem totalmente da violência sofrida, mediante contato com professores, membros da comunidade e outros profissionais especializados na recuperação da integridade física e psicológica desses indivíduos. São proporcionadas brincadeiras, aulas de canto, estudo, além de manter as crianças a salvo

¹⁰⁹SAVE THE CHILDREN. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6191697/k.F89E/Protecting_Children.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

¹¹⁰SAVE THE CHILDREN. *Haiti Emergency Response*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6235787/k.671F/Haiti_Emergency_Response.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

durante o dia, enquanto os pais ou responsáveis estão em busca de recursos para reconstruir suas vidas¹¹¹.

No tocante à exploração sexual e econômica em si, decorrente do tráfico de crianças, a *Save the Children* lançou uma campanha durante a Copa do Mundo da África do Sul em 2010, intitulada de *Open Your Eyes* (“Abra Seus Olhos”), com intenção de alertar a população para o tráfico e o turismo sexual, comum em megaeventos esportivos¹¹².

A organização também promove o treinamento de autoridades para fortificar a prevenção e a repressão contra o tráfico e a exploração de crianças, com notícias de treinamento e cooperação com as autoridades de El Salvador e da Indonésia, entre outros países com índice acentuado desta prática¹¹³.

3.2.4 *Shared Hope International*

A *Shared Hope International* é uma organização mundial voltada ao resgate de crianças e mulheres vítimas do tráfico com fins sexuais e escravidão sexual. Assim como a *Save The Children*, além da ajuda imediata, oferece programas de tratamento estendido.

Um deles é o *Villages (Homes) of Hope* (“Vilas ou Lares de Esperança”), com instalações nas Ilhas Fiji, Nepal, Índia e Jamaica, destinados às vítimas de exploração sexual e tráfico. Os locais contam com cuidados médicos, educação, treinamento para o mercado de trabalho, entre outras atividades necessárias à recuperação dessas vítimas buscando o retorno à vida normal¹¹⁴.

¹¹¹SAVE THE CHILDREN. *Protecting Children in Emergencies*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6192515/k.319F/Protecting_Children_in_Emergencies.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

¹¹²SAVE THE CHILDREN. *Protecting Children from Exploitation*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6192517/k.9ECD/Protecting_Children_from_Exploitation.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

¹¹³SAVE THE CHILDREN. *Protecting Children from Exploitation*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6192517/k.9ECD/Protecting_Children_from_Exploitation.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

¹¹⁴SHARED HOPE INTERNATIONAL. *Rescue Restoration*. Disponível em: <<http://www.sharedhope.org/WhatWeDo/RescueRestore/InternationalRescueRestoration.aspx>>. Acesso em: 05.nov.2012.

Devido à exploração sexual, muitas vítimas contraem doenças sexualmente transmissíveis e o vírus HIV. Com base nisso, a *Shared Hope International* criou uma estação móvel de combate em Mumbai, na Índia, a fim de oferecer prevenção e tratamento às crianças e mulheres, fornecendo medicamentos, instruções, conselhos e alimentação adequada¹¹⁵. Muitas vítimas têm vergonha de procurar ajuda médica em grandes hospitais ou em meio a muitas pessoas, tentando esconder a exploração por elas sofrida. A estação móvel foge da abordagem convencional e fornece tratamento próximo de onde vivem os indivíduos doentes, não apenas para a saúde física, concedendo ajuda psicológica para as vítimas.

¹¹⁵SHARED HOPE INTERNATIONAL. *Rescue Restoration*. Disponível em: <<http://www.sharedhope.org/WhatWeDo/RescueRestore/InternationalRescueRestoration.aspx>>. Acesso em: 05.nov.2012.

4 O TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E O CAPITALISMO DE DESASTRE

Naomi Klein em seu livro “A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre” criou a expressão *capitalismo de desastre*, significando a exploração econômica de uma população posicionada em uma situação de choque, em sentido amplo. Pode ser uma tragédia envolvendo a própria população, crise econômica, calamidade pública, um atentado terrorista, desastre natural¹¹⁶.

A exploração econômica decorre da inserção de medidas da ideologia de livre mercado, muitas vezes mascaradas e imperceptíveis pela maioria dos que serão atingidos, tendo em mente lucros exorbitantes. Tais medidas podem ser executadas pelo próprio governo, por grupos específicos de pessoas, por grupos mundiais, entre outros executores do capitalismo de desastre.

Na obra, Naomi Klein destaca dois exemplos, tratados no presente trabalho, caracterizadores do capitalismo de desastre: o tsunami que varreu as praias do sudeste da Ásia e o furacão Katrina que tornou caótica a situação da cidade de Nova Orleans nos EUA.

4.1 O TSUNAMI ASIÁTICO

Naomi Klein visitou o Sri Lanka, um dos países afetados, 6 (seis) meses após o tsunami e pode constatar que a força do capitalismo de desastre bateu com a mesma intensidade da onda gigante.

Antes de o tsunami atingir o Sri Lanka, várias famílias moravam na praia em cabanas e se sustentavam da pequena pesca. A onda passou e junto com ela levou as cabanas, barcos, redes, vara, além de roupas, móveis e alimentos. A comunidade de pescadores que há gerações tomava conta da praia teve que se retirar. A praia ficou limpa.

¹¹⁶KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 15.

Ademais da praia, o restante da costa e adentro ficou destruído. A reconstrução demandou muito dinheiro e o governo teve que recorrer aos credores internacionais para possibilitar a ajuda imediata, mediante alimentação, cuidados médico e abrigo, bem como mediata, com o empréstimo para reconstruir hospitais, escolas, casas, ruas etc.

Desde 2004, organizações como o Banco Mundial e o Banco Asiático desejavam implementar um projeto de turismo para o Sri Lanka, porém a comunidade de pequenos pescadores era um empecilho para a privatização da praia. O tsunami resolveu o “problema” e o projeto logo estava no topo da lista do capitalista de desastre. O projeto foi intitulado de *Regaining Sri Lanka* e era na verdade:

“um programa de terapia de choque objetivando um rápido crescimento econômico. Milhões de pessoas teriam de abandonar as vilas tradicionais, a fim de liberar as praias para os turistas e a terra para os hotéis e estradas. O que restasse da pesca de subsistência seria dominado por grandes pesqueiros industriais, que operariam de portos de águas profundas¹¹⁷.”

Passado o susto inicial, os pescadores e suas famílias tentaram voltar para a praia no intuito de reconstruir suas vidas e retomar as atividades de pesca. Todavia, foram impedidos em razão de medidas de segurança tomadas pelo governo para impedir novas vítimas em caso de outra onda gigante atingir a praia. Foi criada uma zona amortecedora pelo governo, pela qual nada poderia ser construído há menos de 200 (duzentos) metros da linha do mar. A medida, entretanto, restringiu-se aos pescadores, ao passo em que os executores do projeto *Regaining Sri Lanka* possuíam trânsito livre.

A comunidade de pequenos pescadores, maioria das vítimas do tsunami, não teve escolha e teve de se retirar rumo aos acampamentos temporários providenciados pelo governo, passando a viver sob a mira de soldados. Na verdade, uma solução para expulsar de vez os pescadores da praia, permitindo que o projeto de turismo pudesse ser concluído sem perturbações.

A praia ficou finalmente “limpa” e a área foi destinada para a construção de chalés de luxo, *resorts*, parques temáticos, heliportos, ancoradouro para hidroaviões, entre outros planos de expansão da indústria do turismo no Sri Lanka, o que se materializou algum tempo

¹¹⁷KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. p. 467.

depois¹¹⁸. É nesse ponto que surge a relação entre a concretização do projeto dos capitalistas de desastre e o tráfico internacional de crianças para fins de exploração sexual.

O turismo sexual de crianças é um tipo de exploração econômica sexual do indivíduo menor de 18 (dezoito) anos realizado por alguém que viaja de um local para outro com intenção de realizar o ato sexual. Geralmente os destinos são aqueles nos quais os riscos de fiscalização e repressão são pequenos e a prática é facilitada por uma rede criminosa envolvendo hotéis, *resorts*, restaurantes, agências de turismo (algumas comercializam o serviço junto com o pacote turístico), taxistas, empresas aéreas, autoridades corruptas¹¹⁹.

Segundo relatório publicado pela ONG *Terre des hommes* em 2008, o Sri Lanka é classificado mundialmente como um paraíso de abusadores sexuais, existindo cerca de 40 (quarenta) mil crianças utilizadas na prostituição, dos quais 80% são do sexo masculino e são sexualmente explorados em centros turísticos, por praticantes do turismo sexual¹²⁰.

Com a finalização dos resorts após o tsunami, esse número só tende a aumentar. Paraísos artificiais, hotéis e *resorts* luxuosos, incentivam o turismo e, adversamente, o turismo

¹¹⁸É o que se infere de uma das reportagens encontradas sobre o tema: (...) O Sri Lanka está aumentando o investimento em turismo para aumentar a capacidade de quartos de hotéis.(...) turismo cresceu 30.8 por cento em 2011. Para 2012 são esperados mais de 1 milhão de visitantes e a expectativa é atrair 2.5 milhões de turistas em 2016. (...) 92 projetos de construção de hotéis estão em execução e outros 118 estão aguardando aprovação.(...) Hyatt, Shangri-la e Sheraton tem projetos de larga escala para o Sri Lanka.(...) MINGXIM, Bi. Xinhuanet *News. Sri Lanka fast tracks hotel construction to meet tourism boom*. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/travel/2012-01/11/c_131355041.htm>. Acesso em: 05.nov.2012. Impede também transcrever trechos de outra notícia descrevendo a situação da Tailândia, também afetada pelo tsunami: (...) No final de 2004, esta praia em Khao Lak estava repleta de corpos e escombros. Cenas marcantes e horríveis se espalharam pelo mundo quase com a mesma velocidade daquilo que as causou, o grande tsunami. (...) Os hotéis foram remobiliados e reparados e, após os turistas voltarem em grande número em 2006, um vigoroso boom de construção teve início. Apenas em 2007, o número de quartos de hotel em Phuket aumentou um décimo, contribuindo para um aumento de 11% no número de visitantes à ilha, para mais de cinco milhões, ou mais do que em qualquer ano antes do tsunami. Em 2008, mais novos hotéis foram construídos. (...) A área de Khao Lak, que sofreu grande parte da pior devastação na Costa do Andaman, agora conta com um conjunto discreto e imaculado de resorts (...). Apesar de manter sua vibração agradável, os novos hotéis estão mudando as coisas: Khao Lak agora conta com mais hotéis de luxo do que antes, com resorts mais novos se juntando aos reconstruídos como o Le Meridien Khao Lak.(...) Na extremidade de alta renda, os novos hotéis estão competindo para elevar o luxo a novos níveis, combinando estilo global com hospitalidade tailandesa e esplendor tropical em vilas privadas com vista para praias cristalinas, mimo por funcionários atenciosos, massagem tailandesa profundamente relaxante, comida internacional de alta qualidade e um senso de afastamento esplêndido das adversidades do mundo. DICUM, Gregory. **Com novos hotéis, Phuket renasce na Costa de Andaman após tsunami**. *New York Times Syndicate*. 09/03/2009. Disponível em: <<http://viagem.uol.com.br/ultnot/2009/03/09/ult4466u528.jhtm>>. Acesso em: 04.nov.2012.

¹¹⁹ECPACT INTERNATIONAL. *Combating Child Sex Tourism: questions & answers*. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI/Publications/CST/CST_FAQ_ENG.pdf>. Acesso em: 05.nov.2012. p. 6.

¹²⁰TERRE DES HOMMES. *Sri Lanka Research Report: the sexual abuse, commercial exploitation and trafficking in Sri Lanka*. 2008. Disponível em: <http://www.childtrafficking.com/Docs/trafficking_report_srilanka_17_12_08.pdf>. Acesso em: 07.nov.2012. p. 8-11.

sexual. Os capitalistas de desastre ao implementar seu projeto de lucro desenfreado após a onda gigante, proporcionaram terreno de maior ação para a exploração de crianças, seja proveniente do tráfico, seja residente do local em que ocorrerá o abuso.

Projetos semelhantes ao do Sri Lanka ocorreram na Tailândia, Maldivas, Indonésia e Índia¹²¹. Na Tailândia, incorporadores imobiliários enviaram às praias guardas de segurança privada armados e colocaram cercas nas terras cobiçadas. Em alguns casos, os guardas nem sequer deixaram os sobreviventes procurarem, dentro de suas antigas propriedades, os corpos de seus filhos.

No caso das Maldivas, composta por um arquipélago de aproximadamente 200 ilhas, sendo que metade delas são exclusivamente *resorts* e algumas estão arrendadas por cinquenta anos, nesse paraíso asiático estão instalados os *spa-resorts*: mansões erguidas sobre a lagoa com escadas de corda de deque para dentro das águas, aposentos flutuantes, mordomos 24 horas, diárias de até cinco mil dólares. O presidente Maumoon Abdul Gayoom, que governa o país desde 1978, decidiu ampliar o número de ilhas-resorts, contudo encontrou um obstáculo: o povo, também caracterizado pela pesca de subsistência.

O tsunami resolveu o “problema”. A onda gigante esvaziou a praia e o governo logo criou um programa de realocação afirmando que muitas ilhas eram “inseguras e inadequadas à moradia”. O Programa Ilha Segura foi financiado pelo Banco Mundial e direcionou a população para ilhas que não estavam no plano de expansão dos *spa-resorts*. A população ficou sem escolha, já que para receber a ajuda de moradia e subsistência pós-tsunami era necessária a mudança para as localidades escolhidas, as quais rapidamente explodiram em violência e alto índice de desemprego.

O capitalismo de desastre aplicado durante o tsunami pode ser resumido em uma declaração do grupo “Sobreviventes Voluntários do Tsunami na Tailândia”:

“para os políticos e homens de negócios, o tsunami foi uma resposta às suas preces, pois deixou aquelas áreas costeiras literalmente limpas das comunidades que antes ficavam no caminho de seus planos para resorts, hotéis, cassinos e criações de camarão. Para eles, toda essa orla marítima agora é **terra aberta!**”. (p. 476)

¹²¹ “Na Índia, sobreviventes do tsunami de Tamil Nadu se viram abandonadas em tal estado de miséria, que 150 mulheres foram levadas a vender seus rins para comprar comida. Todos os países afetados pelo tsunami impuseram zonas amortecedoras, que impediram os moradores das vilas de reconstruir a costa, deixando a terra livre para os hotéis, os quais receberam grandes incentivos.” KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. p. 473.

“Terra aberta” também para os traficantes de crianças, que receberam de bandeja todo um aparato para a prática de seus crimes.

4.2 O FURACÃO KATRINA

Similar ao tsunami, a recuperação do estrago causado pelo furacão Katrina foi pautada por interesses financeiros de empresas privadas, buscando lucrar com as condições de desorganização e pânico da população afetada, na grande maioria pobre e negra. Assim como o tsunami esvaziou a praia, o Katrina fez com que a população fosse expulsa dos terrenos em que moravam e que era alvo das corporações imobiliárias. Tais áreas foram reformuladas e reconstruídas conforme os interesses imobiliários, sempre almejando lucros exorbitantes, sem qualquer retorno para a população local.

Apenas quatorze dias após a tragédia, foram adotadas algumas medidas pelo presidente George W. Bush, rotuladas de “alívio contra o furacão”:

“suspensão automática, nas áreas do desastre, das leis salariais que obrigaram aos contratantes federais a pagarem salários de subsistência, transformação de toda a região afetada em zona de livre empresa livre de impostos, conversão de todo o território em zona de competitividade, entrega de vouchers aos pais, para que os utilizassem nas escolas licenciadas¹²².”

Tais medidas estamparam a ineficácia do Estado da então administração Bush, voltada completamente ao benefício do setor privado. Para o governo, não se tratava apenas de entregar dinheiro aos contratantes. Parte dos vários milhões gastos retornou na forma de contribuições de campanha, cabos eleitorais para as próximas eleições, diversos lobbys, entre outras medidas que assegurassem os interesses da administração.

Em pouco tempo, Nova Orleans se tornou um local comandado por contratantes federais, empresas privadas dispostas a agarrar qualquer possibilidade de lucrar com a tragédia. Como o capitalismo de desastre também é destinado a poucos, as companhias eram praticamente as mesmas contratadas para reconstruir o Iraque. Segundo a Naomi Klein, uma

¹²²KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. p. 487.

investigação parlamentar apontou indícios de superfaturamento, má administração, desperdícios, sub-subcontratantes, contratação de mão de obra ilegal, ausência de pagamento de salários, serviços não finalizados; praticamente os mesmos erros cometidos no Iraque, que, obviamente, não se tratavam de erros, mas de uma estratégia para obter lucro ainda maior.

Exemplo inacreditável dessa “má administração” é o caso da contratação da empresa Kenyon para retirar os cadáveres das casas e das ruas. A empresa cobrou do Estado US\$ 12.500 por cadáver, no entanto não os embalou de modo apropriado e um ano após o furacão ainda existiam corpos nos sótãos das casas inundadas.

Em relação aos subcontratantes, quem realmente fazia o trabalho quase nada recebia, como por exemplo, na instalação de lonas azuis nos telhados danificados. Enquanto a contratante principal recebeu US\$ 175 dólares por metro de lona, os subcontratados que de fato executaram o serviço receberam apenas US\$ 2. Interessante também a situação de contratação de imigrantes ilegais pela Halliburton para a construção de bases militares ao longo da costa, já que a mesma empresa foi contratada pelo governo federal para construir prisões destinadas justamente a esses imigrantes.

A busca pelo lucro não se limitou ao desastre em si, mas partiu para a eventualidade. Novas corporações lançaram produtos de salvamento e segurança no caso de uma nova tragédia. Um dos programas, o Help Jet, foi apresentado como

“o primeiro plano de escape de furacões, que transforma a retirada das pessoas em férias para milionários. Quando a tempestade se aproxima, a empresa aérea faz a reserva de férias para seus membros, em resorts de golfe cinco estrelas, spas ou Disneylândia. Com todas as reservas feitas, as pessoas em risco são em seguida retiradas da zona do furacão num jato de luxo¹²³.”

Com a eventual decadência dos contratos federais, as empresas irão vender sua infraestrutura àqueles que puderem pagar. Desde o helicóptero à água potável, tudo estará à venda, o que culminará, segundo Naomi Klein, em um, *“futuro coletivo de apartheid do desastre, no qual a sobrevivência é determinada pela capacidade de pagar pelo escape das*¹²⁴*”*.

¹²³KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. p. 493.

¹²⁴KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. p. 497.

Klein sustenta que a Zona Verde de Bagdá é a expressão mais vida da nova ordem mundial do desastre como abertura para um futuro dividido, no qual o dinheiro e a raça comprem a sobrevivência, em oposição à Zona Vermelha do Iraque, poço de violência e desespero.

O mundo de Zonas Verdes e Vermelhas, em relação ao cenário do furacão Katrina, refere-se aos dois tipos de comunidades pós-desastre: de um lado os acampamentos afastados e destinados aos desabrigados de baixa renda, tratados como criminosos e (sobre)vivendo em condições miseráveis; do outro, as comunidades fechadas erguidas nas áreas ricas, vigiadas por empresas de segurança privada, com água e energia elétrica, hospitais privados e crianças nas escolas licenciadas, sem, por óbvio, necessitar de transporte público. Segregação entre os que podem pagar e a população pobre, caracterizando um novo tipo de apartheid: o do capitalismo de desastre.

No caso do furacão Katrina, uma frase proferida por um manifestante sintetiza o que o desastre significou para as grandes companhias imobiliárias: “(...) *eles usaram o desastre como um meio de limpar o bairro, na hora em que a vizinhança está mais fraca. Esta é uma excelente localização para mansões e condomínios. O único problema é que essa gente pobre e negra está sentada em cima*”¹²⁵.

A população foi expulsa dos terrenos em que moravam e as áreas devastadas se tornaram canteiros de obras, os mesmos em que os trabalhadores, em sua maioria imigrantes ilegais, eram pagos pelos serviços através da prostituição e exploração sexual de crianças, oriundas do tráfico internacional, conforme versado no item 2.2.2.

Neste último capítulo, optou-se pela autora Naomi Klein, pois em sua obra são evidenciadas as ações realizadas às escondidas pelos atores do capitalismo de desastre, à revelia da população, aproveitando-se do choque, do estado de pânico, para impor medidas com intuito de obter lucros estratosféricos. Da mesma maneira, agem os traficantes de crianças durante terremotos, tsunamis e furacões, sem que as famílias ou autoridades percebam, fazendo-se necessário expor suas ações, como, quando e onde agem, de que forma destroem suas vítimas, tanto física como psicologicamente.

¹²⁵KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. p. 492.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de trabalho não existia. Hannah foi cooptada pela prostituição durante dois anos, em diversos países da África. Penalizada por uma série de estupros diários, realizados por grupos de homens. *“Eu tinha medo de ser espancada ou morta, caso resistisse. Estava apavorada e traumatizada, queria somente morrer. Não tinha controle algum”¹²⁶”*.

Al logo percebeu que a oposição não era uma alternativa. *“No começo eu resisti, então fui forçada a beber a urina de um homem. Em seguida, fui amarrada, coberta com formigas e chicoteada com um cabo elétrico. Depois disso não ofereci mais resistência”¹²⁷”*.

Já Sasha foi violado em grupo. *“Vários homens me amarraram junto com outros meninos e nos forçaram a ingerir drogas. Sedados, fomos filmados e fotografados enquanto éramos estuprados”¹²⁸”*.

Os relatos acima não deveriam ser as principais memórias da infância de uma pessoa. Talvez outros deles estariam disponíveis caso a maioria das vítimas do tráfico internacional sobrevivesse e escapasse das mãos dos exploradores.

As degradantes experiências de Hannah, Al e Sasha infelizmente são comuns. Em que pese o presente estudo ter tratado do tema em âmbito global, a exploração sexual e econômica de crianças está logo ali, a um clique no computador, no pacote turístico para um paraíso asiático, na tragédia natural ocorrida no país vizinho.

Neste estudo, evidenciou-se a frieza e a atrocidade de alguns em relação às crianças, enquanto outros tentam de todo modo protegê-las. Aproveitar-se da situação de desespero, caos, pânico generalizado, como ocorreu durante o terremoto no Haiti, o tsunami na Ásia e o furacão Katrina em Nova Orleans, para explorar economicamente e sexualmente o indivíduo mais vulnerável presente – a criança –, parece não ter uma motivação única.

¹²⁶ECPACT UK. *Safeguarding Children: Top Ten Questions on Child Trafficking*. Disponível em: <http://www.ecpat.org.uk/sites/default/files/frequently_asked_questions_on_child_trafficking.pdf>. Acesso em: 07.nov.2012.

¹²⁷ECPACT INTERNATIONAL. *Stop Sex Trafficking of Children and Young People Campaign. Al's Story*. Disponível em: <<http://stopchildsextrafficking.moonfruit.com/#/als-story/4562404431>>. Acesso em: 07.nov.2012.

¹²⁸ECPACT INTERNATIONAL. *Stop Sex Trafficking of Children and Young People Campaign. Sasha's Story*. Disponível em: <<http://stopchildsextrafficking.moonfruit.com/#/als-story/4562404431>>. Acesso em: 07.nov.2012.

Eventualmente ela desemboca no lucro exorbitante, mas mesmo o dinheiro fácil tem limites. Talvez exista algo mais. Tanto para quem vende, como para quem compra. Ou simplesmente a pessoa apenas faz, sem razão alguma. No filme “*8mm*”, ocorre a abordagem da prática do *snuf*. Lenda urbana ou não, o método consiste na filmagem, para venda, do abuso sexual de uma criança e no final em seu assassinato. Em uma das cenas, o abusador se vira para o detetive e pergunta: “O que você esperava? Alguém que foi abusado na infância, sofreu algum trauma ou algo do tipo? Não! Eu faço isso porque gosto. Não tenho outra razão.”.

Longe de tentar entender a causa psicológica, procurou-se aqui demonstrar que é a criança o indivíduo mais vulnerável em situações de tragédia natural, a mais sujeita ao tráfico internacional, dada a vasta gama de possibilidades de exploração econômica e sexual a que pode ser destinada. O canivete-criança, conforme delineado, desafortunadamente tem várias utilidades, favoráveis no entanto somente aos exploradores.

Deu-se ênfase à funcionalidade da adoção internacional mascarada pelo tráfico, com alto índice de incidência no tremor ocorrido no Haiti. Se a adoção no plano internacional já é tratada com parcimônia, em situações de desastre a cautela deve ser ainda maior, eis que a tênue linha que separa os dois torna-se praticamente invisível nas mãos de traficantes de pessoas.

A incidência do tráfico internacional de crianças não é significativa somente em países de Terceiro Mundo, a despeito de neles ocorrer com mais frequência, visto que as redes criminosas hoje não conhecem fronteiras e constituem organismos internacionais. Nota-se, em contrapartida, que a comunidade internacional está de olhos abertos, na medida em que as Convenções progressivamente recebem mais ratificações e abrangem um número elevado de direitos e garantias, bem como são criados Protocolos Facultativos para regulamentar artigos específicos das Convenções, demonstrando o alarde mundial quanto a delitos que ocorrem em larga escala, como a exploração sexual, prostituição e pornografia infantis e a utilização de crianças em conflitos armados.

Outra lição, decorrente do versado no capítulo 3, é a atuação de ONG's mundiais, realizando trabalho excepcional não somente de prevenção contra o tráfico internacional e as atrocidades dele decorrentes. Cada vez mais as organizações mundiais têm se empenhado e recebido apoio físico e financeiro, fortalecendo o combate “extraoficial” aos traficantes e exploradores.

Destacam-se as ações da DNA-*ProKids*, programa importante de reunião familiar de crianças traficadas, e o trabalho desenvolvido pela *Save The Children*, a qual tem como objetivo o acompanhamento antes, durante e depois do desastre natural, do resgate das vítimas envolvidas em situações de exploração. Trata a vítima como vítima e se preocupa com seu desenvolvimento integral, ainda que postergado por razões inaceitáveis.

Por fim, o último capítulo permite concluir que o tráfico internacional de crianças pode resultar em uma das etapas da lógica do capitalismo de desastre. A adoção de medidas da ideologia de livre mercado, privatização, marginalização da população socioeconomicamente mais frágil, culminando na construção de *resorts* no Sri Lanka ou de empreendimentos imobiliários em Nova Orleans, não gera lucro apenas para os atores do capitalismo de desastre, mas também para os traficantes internacionais de crianças. A criança-canivete tornou-se objeto do turismo sexual em *resorts* do Sri Lanka e vítima da prostituição em canteiros de obras de construção pós-furacão Katrina, ambos os projetos elaborados pelos capitalistas de desastre.

Aberto, analisado e fechado o canivete, infere-se que esquecem os traficantes, exploradores, clientes, compradores, falsos adotantes, que a única verdadeira funcionalidade é simplesmente ser criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Nádia de. **Direito internacional privado: teoria e prática brasileira de acordo com a Emenda Constitucional 45/2004**. 4. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BECKER, Maria Josefina. **Reflexões sobre a adoção: um ponto de vista do terceiro mundo**. Disponível em: http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_4_2_1_4_3.php. Acesso em: 11.set.2012.

BRASIL. Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999. **Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3087.htm. Acesso em: 06.nov.2012.

BRASIL. Decreto n. 5.007, de 8 de março de 2004. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm. Acesso em: 03.nov.2012.

BRASIL. Decreto n. 5.006, de 8 de março de 2004. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5006.htm. Acesso em: 03.nov.2012.

BRASIL. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 09.abr.2012.

BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 01.nov.2012.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da importância da adoção internacional. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 289.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo**. BRASIL. Ministério da Justiça. Política Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília, 2007.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Haiti**. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2005sp/cap.4c.htm>. Acesso em: 11.abr.2012.

COMITE INTERNACIONAL GENEVE. **Terremoto no Haiti: não se devem poupar esforços para reunir as crianças com seus familiares.** Disponível em: <<http://www.icrc.org/por/resources/documents/interview/haiti-earthquake-interview-020210.htm>> Acesso em: 10.abr.2012.

COSTA, Tarcísio José Martins. **Adoção internacional: aspectos jurídicos, políticos e socioculturais.** Belo Horizonte: IBDFAM, 2000. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/tarcisio/AdocaoInter.pdf>. Acesso em: 11.set.2012.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO CIVIL DO HAITI. **Relatório da situação n. 16 de 11 de março de 2010.** Disponível em: <<http://protectioncivilehaiti.net/pdf/Rapport%20de%20situation%20no%2016%20-%20110310.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012.

DIAS, Claudia Sérvulo da Cunha (Coord.). **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.** Brasília : OIT, 2005.

DICUM, Gregory. **Com novos hotéis, Phuket renasce na Costa de Andaman após tsunami.** New York Times Syndicate. **09/03/2009.** Disponível em: <<http://viagem.uol.com.br/ultnot/2009/03/09/ult4466u528.jhtm>>. Acesso em: 04.nov.2012.

DIREITOS HUMANOS. Instrumentos internacionais de direitos humanos. **Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças.** Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIIPAG3_9_8.htm>. Acesso em: 04.nov.2012.

DNA-PROKIDS. Disponível em: <<http://www.dna-prokids.org/%C2%BFque-es-dna-%E2%80%93-prokidswhat-is-dna-prokids>>. Acesso em: 12.set.2012.

DNA-PROKIDS. **Haiti Press Clipping.** Disponível em: <<http://www.dna-prokids.org/wp-content/uploads/2010/02/Haiti-pressclipping.pdf>>. Acesso em: 12.set.2012.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado.** A criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DOTTRIDGE, Mike. **Tráfico de Crianças: O que precisamos saber?.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13290-13291-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09.abr.2012.

ECPAT INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.ecpat.net/EI/index.asp>>. Acesso em: 05.nov.2012.

ECPACT INTERNATIONAL. **Combating Child Sex Tourism: questions & answers.** Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI/Publications/CST/CST_FAQ_ENG.pdf>. Acesso em: 05.nov.2012.

ECPACT INTERNATIONAL. **Relatório final da campanha Stop Sex Trafficking of Children & Young People.** Disponível em:

<http://www.ecpat.net/EI/Publications/Trafficking/Creating%20Change%20Throught%20Partnership_FINAL.pdf>. Acesso em: 05.nov.2012.

ECPAT INTERNATIONAL. *Stop Sex Trafficking of Children & Young People Campaign*. Disponível em: <<http://stopchildsextrafficking.moonfruit.com>>. Acesso em: 05.nov.2012.

ECPAT UK. *Bordering on Concern: Child Trafficking in Wales*. Disponível em: <http://www.ecpat.org.uk/sites/default/files/bordering_on__concern_english.pdf>. Acesso em: 09.abr.2012.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de direito internacional público – *jus cogens***. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

HAITI. Departamento de Proteção Civil do Haiti. **Relatório da situação n. 16, de 11 de março de 2010**. Disponível em: <<http://protectioncivilehaiti.net/pdf/Rapport%20de%20situation%20no%2016%20-%20110310.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças**. São Paulo: Saraiva, 2003.

JRS. *Dominican Republic: JRS condemns trafficking of Haitian children*. n. 293. Disponível em: <http://www.jrs.net/newsletters_detail?ITN=MC-20110201015033&L=EN>. Acesso em: 11.abr.2012.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LE MONDE. **Haiti, da adoção ao tráfico**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2010/02/11/haiti-da-adocao-ao-trafico.jhtm>>. Acesso em: 08.abr.2012.

MARMITT, Arnaldo. *Adoção*. Rio de Janeiro: Aide, 1993.

MARQUES, Claudia Lima. **A Convenção da Haia de 1993 e o regime da adoção internacional no Brasil após a aprovação do novo Código Civil brasileiro em 2002**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/311.htm>>. Acesso em: 11.set.2012.

MARQUES, Claudia Lima. A subsidiariedade da adoção internacional: diálogo entre a convenção de Haia de 1993, o ECA e o novo código civil brasileiro. *In*: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MELLO, Celso de Albuquerque. A Criança no Direito Humanitário. *In*: SILVA PEREIRA, Tânia da (Coord.). **O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

MINGXIM, Bi. Xinhuanet News. **Sri Lanka fast tracks hotel construction to meet tourism boom.** Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/travel/2012-01/11/c_131355041.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Direitos da Criança e Adoção Internacional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NEW LIFE CHILDREN'S REFUGE. **Haitian Orphan Rescue Mission.** Disponível em: <<http://www.esbctwinfalls.com/clientimages/24453/pdf/haite/nlcrhaitianorphanrescuemission.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012.

OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS. **Projeto de identificação genética em Granada já devolveu 250 crianças às famílias, 13 no Haiti.** Disponível em: <<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=203&mid=000&sid=1&sid=000&cid=CNt4d384921ae417>>. Acesso em: 12.set.2012.

OIT. **A future without child labour.** Report of the Director-General, International Labour Conference, 90th Session, Geneva, 2002. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_publ_9221124169_en.pdf>. Acesso em: 30.out.2012

OIT. **Acelerar a ação contra o trabalho infantil: relatório global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.** Gabinete de Estratégia e Planeamento. Genebra. 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_relatorioglobal_2010.pdf>. Acesso em: 30.out.2012.

OIT. **Aliança global contra o trabalho forçado.** Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em: 29.out.2012.

OIT. **Child Trafficking – Essentials.** International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). 2010. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfor/product/viewProduct.do?productId=14616>>. Acesso em 06.nov.2012.

OIT. **Child Trafficking: the ILO's response through IPEC.** International Programme on the Elimination of Child Labour – IPEC. 2007. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfor/product/viewProduct.do?productId=6484>>. Acesso em: 30.out.2012.

OIT. **Forced Labour and Human Trafficking: estimating the profits.** Patrick Belser. 2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081971.pdf>. Acesso em 29.out.2012.

OIT. Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra. **Aliança global contra o trabalho forçado**. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em: 29.out.2012.

OIT. *The end of child labour: within reach - global report on child labour - 2006*. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=2419>>. Acesso em: 05.nov.2012.

OIT. *Training manual to fight trafficking in children for labour, sexual and other forms of exploitation: understanding child trafficking*. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). Geneva. 2009. p. 14. Disponível em <http://www.unicef.org/protection/Textbook_1.pdf>. Acesso em: 30.out.2012.

ONU. Assembléia Geral. **Comitê de Direitos Humanos**. 13ª sessão especial. 27.01.2010. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/13specialsession/A.HRC.S-13.NGO.1.pdf>>. Acesso em: 11.abr.2012.

ONU. Comitê dos Direitos da Criança. Protocolo Facultativo relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil: o conteúdo e objetivos fundamentais do Protocolo. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#2b1>>. Acesso em: 03.nov.2012.

ONU. Comitê dos Direitos da Criança. Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados: o conteúdo e objetivos fundamentais do Protocolo. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#2b1>>. Acesso em: 03.nov.2012.

ORGANIZAÇÃO PARANAMERICA DA SAÚDE. Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde. *Trafficking for sexual exploitation*. Disponível em: <<http://www.paho.org/english/ad/ge/trafficking.pdf>>. Acesso em: 30.out.2012.

PINTO LEAL, Maria Lúcia; PINTO LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre trafico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração comercial no Brasil - (PESTRAF)**. Cecria: Brasília, 2002.

PINTO LEAL, Maria Lúcia; PINTO LEAL, Maria de Fátima; COIMBRA LIBORIO, Renata Maria. **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: Violes, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAVE THE CHILDREN. *Haiti Emergency Response*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6235787/k.671F/Haiti_Emergency_Response.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

SAVE THE CHILDREN. *Haiti's one year later: a country at a crossroads*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/atf/cf/%7B9def2ebe-10ae-432c-9bd0-df91d2eba74a%7D/SAVE_THE_CHILDREN_HAITI_1YR_REPORT_DEC2010.PDF> Acesso em: 11.abr.2012.

SAVE THE CHILDREN. *Protecting Children*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6191697/k.F89E/Protecting_Children.htm>. Acesso em: 05.nov.2012

SAVE THE CHILDREN. *Protecting Children from Exploitation*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6192517/k.9ECD/Protecting_Children_from_Exploitation.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

SAVE THE CHILDREN. *Protecting Children in Emergencies*. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6192515/k.319F/Protecting_Children_in_Emergencies.htm>. Acesso em: 05.nov.2012.

SHARED HOPED INTERNATIONAL. *Domestic Minor Sex Trafficking*. Disponível em: <http://www.sharedhope.org/Portals/0/Documents/BatonRouge-NewOrleans_PrinterFriendly.pdf>. Acesso em: 10.abr.2012.

SHARED HOPE INTERNATIONAL. *Rescue Restoration*. Disponível em: <<http://www.sharedhope.org/WhatWeDo/RescueRestore/InternationalRescueRestoration.aspx>>. Acesso em: 05.nov.2012.

SHARED HOPE INTERNATIONAL. *Unavoidable Destiny: introducing Shamere McKenzie*. Disponível em: <<http://www.sharedhope.org/SHIBlog/tabid/75/PostID/96/Default.aspx>>. Acesso em: 30.out.2012.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Tráfico internacional de mulheres e de crianças**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 10, n. 112, mar/2002.

TERRE DES HOMMES. *Sri Lanka Research Report: the sexual abuse, commercial exploitation and trafficking in Sri Lanka*. 2008. Disponível em: <http://www.childtrafficking.com/Docs/trafficking_report_srilanka_17_12_08.pdf>. Acesso em: 07.nov.2012.

UNICEF. *Children affected by armed conflict: UNICEF actions*. Disponível em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/893C5BFA8D01FF3CC1256E85004A7F86-Child-Armed.UNICEFAct.pdf>>. Acesso em: 04.nov.2012.

UNICEF. *Children and the 2005 Indian Ocean Tsunami*. Disponível em: <http://www.unicef.org/evaluation/files/Sri_Lanka_Tsunami_Synthesis_FINAL.pdf>. Acesso em: 04.nov.2012.

UNICEF. *Children in Haiti: One Year After – The long road from relief to recovery*. Disponível em: <http://www.unicef.org/infobycountry/files/Children_in_Haiti_-_One_Year_After_-_The_Long_Road_from_Relief_to_Recovery.pdf>. Acesso em: 06.abr.2012.

UNICEF. **Como proteger as crianças na zona do tsunami**. Disponível em: <http://www.unicef.pt/18/pr_proteger_geracao_tsunami_exploracao_7_1_05.pdf>. Acesso em: 04.nov.2012.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos das Crianças – 20 de novembro de 1989**. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 01.nov.2012.

UNICEF. **MANUAL SOBRE O PROTOCOLO FACULTATIVO RELATIVO À VENDA DE CRIANÇAS, PROSTITUIÇÃO INFANTIL E PORNOGRAFIA INFANTIL**. Disponível em: <http://www.unicefirc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf>. Acesso em: 10.abr.2012.

UNICEF PORTUGAL. **Direitos das Crianças – As crianças têm direitos**. Disponível em: <<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>>. Acesso em: 03.nov.2012.

UN.GIFT.HUB. *What is Human Trafficking?*. Disponível em: <<http://www.ungift.org/knowledgehub/en/about/human-trafficking.html>>. Acesso em: 29.out.2012.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 1997.

UNODC. Nações Unidas. **Campanha de Combate ao Tráfico Internacional de Seres Humanos** 2004. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/pt/campanhas_tsh.html>. Acesso em 10.abr.2012.

UNODC. **World Drug Report 2012**. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2012/WDR_2012_web_small.pdf>. Acesso em: 30.out.2012.

TVI24. **Haiti: tráfico de crianças preocupa UNICEF**. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/haiti-sismo-ajuda-humanitaria-unicef-criancas-trafico/1133322-4073.html>>. Acesso em: 10.abr.2012.

WIKIPÉDIA. **Canivete suíço**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Canivete_su%C3%AD%C3%A7o>. Acesso em: 11.abr.2012.